

Prémio Leaders & Achievers-Flecha Diamante 2015 PMR Africa

# SAVANA

I N D E P E N D Ê N C I A



I N T E G R I D A D E

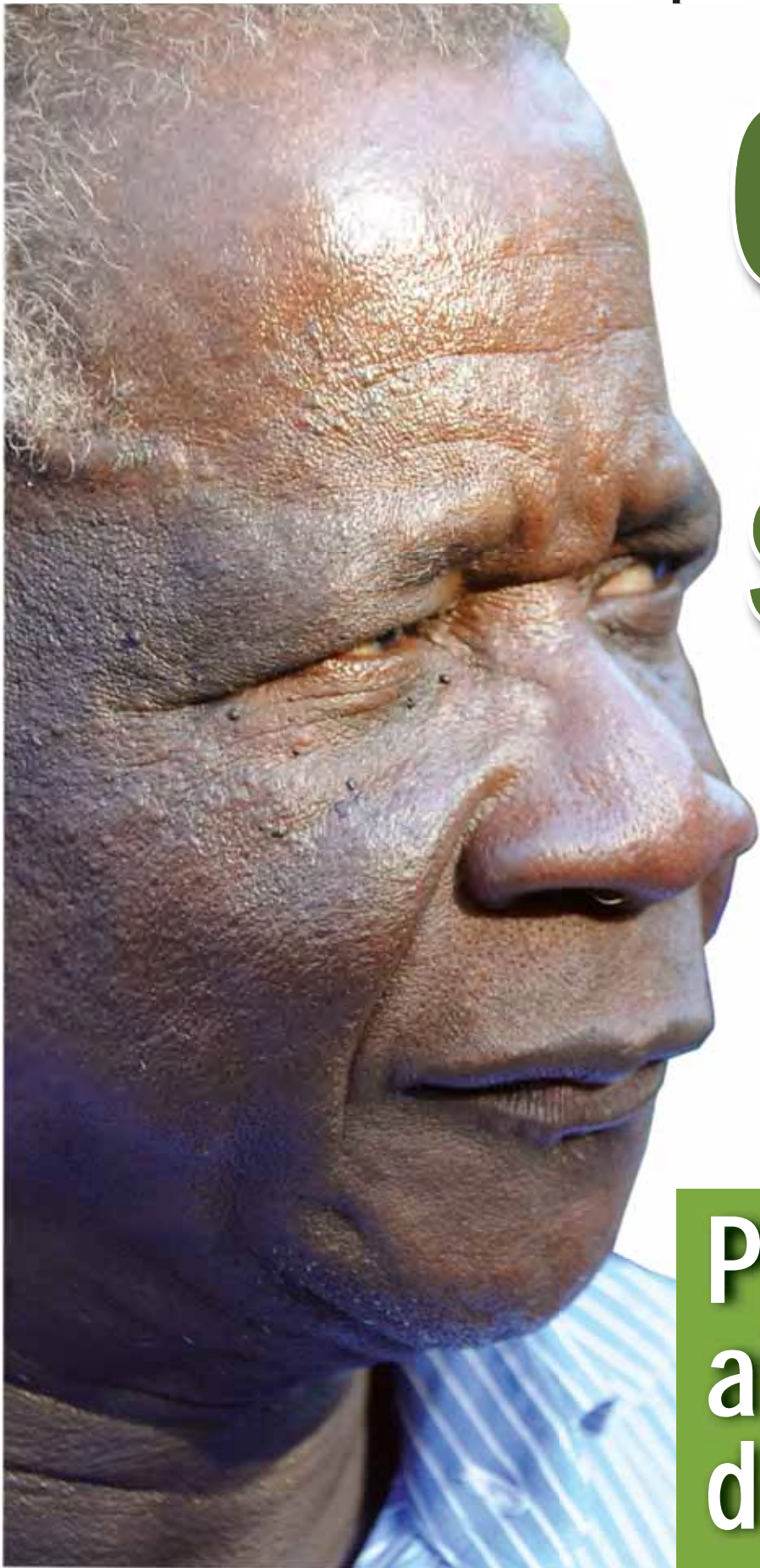


Maputo, 23 de Outubro de 2015 • ANO XXII • Nº 1137 • Preço: 30,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz • [www.savana.co.mz](http://www.savana.co.mz) • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)



Líder da Renamo anda desaparecido desde o cerco à sua residência



## O estranho silêncio de Dhlakama

Pág. 3

Paranoia da guerra  
atormenta reabertura  
do Parlamento

Pág. 4

42º CONCURSO

TOTOBOLA

**1º PREMIO -849.308,00MT**

A MATRIZ PREMIADA FOI REGISTADA NA TABACARIA  
DIADEMA

Av. Fernão Magalhaês Nº 5787, Bairro Central  
LOTARIA \* TOTOBOLA \* TOTOLOTO\* JOKER





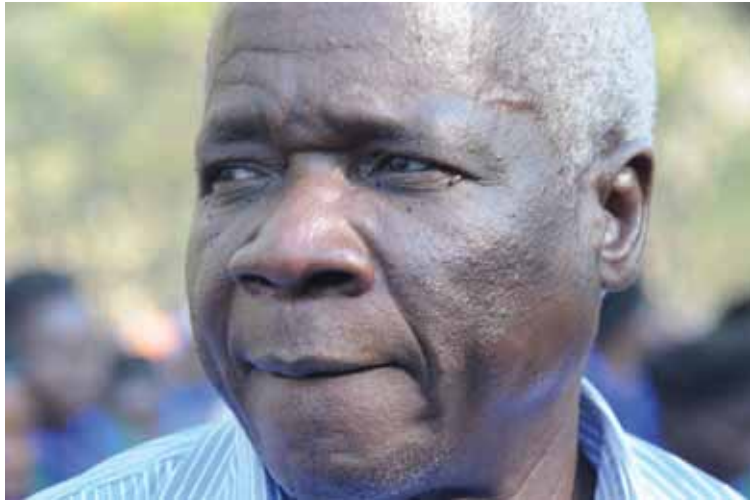
Líder da Renamo desapareceu depois do cerco à sua residência

# O novo silêncio de Dhlakama

**E**stá a causar mal-estar e preocupação em muitos sectores – governamentais, mas também no seio dos seus apoiantes – o silêncio de Afonso Dhlakama, desde que há uma semana, a sua residência na cidade da Beira, província de Sofala, foi alvo de um cerco e posterior invasão levada a cabo pelas forças especiais da polícia – Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e Grupo Operativo Especial (GOE).

A invasão aconteceu um dia depois de Dhlakama ter reaparecido ao fim de quase duas semanas junto ao rio Púnguè, no regulado de Mucúcuá, sudoeste do distrito da Gorongosa, após ter desaparecido no dia 25 de Setembro em Gondola, província de Manica, durante confrontos entre a sua guarda e as Forças de Defesa e Segurança governamentais. A operação é atribuída a uma ala belicista da Frelimo para embaraçar Filipe Nyusi, que tinha intenções de ser mais generoso para com Afonso Dhlakama. Ao que apurámos, a referida ala radical, apoiada pelo controverso comandante da polícia Jorge Khalau, integra influentes veteranos do partido no poder, nomeadamente, Lagos Lidimo, ex-Chefe de Estado Maior General, conhecido pelos seus métodos pouco ortodoxos, e, estranhamente, o actual ministro da Defesa, Atanásio Mtumuke, que actualmente se encontra na China, em busca de mais “cooperação militar”.

Guebuza, o antigo presidente, sintomaticamente, a 25 de Setembro tratou Dhlakama como “marginal” e tem tido uma visibilidade crescente nos media desde então, chefiando uma delegação de “observação eleitoral” na Tanzânia. Filipe Nyusi é acusado dentro do seu partido de olhar para a Renamo de forma mais condescendente. Aliás, nos primeiros meses do



Afonso Dhlakama

seu mandato, Nyusi tentou adotar uma política de aproximação à Renamo, mas recuou por não dispor de condições e apoios internos. Nyusi apareceu na Beira durante o fim-de-semana, “manietado” pelo anteriormente pouco visível secretário-geral do partido, Eliseu Machava, que foi quem fez todas as declarações à imprensa.

Contudo, o assalto à casa do líder do maior partido da oposição agudizou os momentos de incerteza política que o país vive, provocada pela recusa da Renamo em reconhecer os resultados das eleições gerais de 15 de Outubro de 2014, que oficialmente deram vitória à Frelimo e ao seu candidato, Filipe Nyusi. Mesmo depois do assalto à casa de Dhlakama, Nyusi tem procurado manter “comunicações mínimas” com o líder da Renamo, para que não morra a chama do diálogo.

Esta semana, na reabertura do Parlamento, quer Verónica Macamo, quer Margarida Talapa, as duas vozes mais fortes na hierarquia partidária ao nível do Parlamento, não deixaram aberta qualquer porta a novas propostas para abertura à Renamo. Ivone Soares, a líder da bancada da “perdiz, fez um discurso duríssimo, sem “pontes” para o diálogo e claramente de ressaca

perante os dois ataques armados ao líder da oposição e, posteriormente, o cerco à casa na Beira. As duas dirigentes da Frelimo, eleitas democraticamente, ignoraram por completo os dois atentados contra o líder da oposição, que mantém no Parlamento, um grupo de deputados, também eles eleitos democraticamente.

## Retirada estratégica?

Esta semana circulou com alguma insistência que o líder da Renamo teria abandonado a sua residência no bairro das Palmeiras para “parte incerta”, indicação que, mais tarde, veio a ser desmentida pelo porta-voz do partido, António Muchanga.

Contudo, ao que o SAVANA apurou junto de alguns membros influentes da Renamo, Afonso Dhlakama deixou mesmo a residência do bairro das Palmeiras e encontra-se alojado num outro imóvel que possui em Macuti, na mesma cidade. Há mesmo uma versão que esteve também em Mangunde, Chibabava, o local onde vive o seu pai, onde nasceu e é o berço das suas tradições. Soubemos que o retiro a que Dhlakama se submeteu é estratégico para se refazer do abalo e humilhação pública que sofreu durante o assalto à sua residência e que cul-

minou com o desarmamento da sua guarda pessoal. Também pretende mostrar claramente aos sectores securitários governamentais que “não é controlável” pelo simples facto de ter perdido 16 armas.

“O Presidente está a projectar novas formas de actuação e em breve (próxima semana) convocará a imprensa para anunciar os novos passos a dar. Neste momento está tranquilo e a dirigir tranquilamente o partido”, precisou a mesma fonte. Contrariamente às ocasiões anteriores, em que a Renamo parecia muito bem informada e documentada sobre as movimentações da Frelimo e das Forças de Defesa e Segurança, o mutismo de Afonso Dhlakama pode indiciar que terá sido apanhado de surpresa pelos últimos acontecimentos e precisa de gizar melhor a resposta à nova situação.

A legitimidade popular demonstrada nos banhos de multidão com que o líder da Renamo era brindado nos comícios que orientou antes dos incidentes de 12, 25 de Setembro e 09 de Outubro, bem como a apatia das forças de defesa e segurança face a algum músculo militar e alguns excessos exibidos pelas suas caravanas, podem ter feito Afonso Dhlakama excluir a possibilidade de uma reacção de força e mais ousada por parte das forças governamentais.

A gravidade dos referidos incidentes, sobretudo, a determinação da polícia para enveredar para um banho de sangue no cerco à residência de Dhlakama nas Palmeiras, ao evacuar os civis residentes nas cercanias da casa e montar um aparato de grande envergadura, também deixaram bem perto do líder da oposição a noção de que a aventada “solução Savimbi” pode não ser apenas uma mera cogitação, mas um dado colocado por algumas alas da Frelimo como parte da equação para a solução da actual crise po-

lítica.

## Diálogo directo

Apesar do ataque à sua residência, o SAVANA apurou que Afonso Dhlakama deu indicações expressas ao grupo de mediadores do diálogo entre o Governo e a Renamo para que transmitissem a Filipe Nyusi, Presidente da República, a intenção do maior partido da oposição em retomar as negociações.

Quatro dias após a invasão da casa de Dhlakama, soube o SAVANA o bispo Dom Dinis Sengulane foi o responsável por dar um briefing circunstanciado ao Presidente Nyusi sobre os acontecimentos da Beira e terá também transmitido as propostas apresentadas por Dhlakama para o reatamento do diálogo directo.

Contudo, ao que apurámos, Filipe Nyusi tem um espaço de manobra reduzido. Em alguns sectores acredita-se que os ataques à Renamo e ao seu líder tem em vista reduzir as iniciativas de paz de Nyusi e impedir que o Presidente da República faça concessões simpáticas ao maior partido da oposição.

Quem terá saído mal na fotografia com o cerco e invasão à casa do líder da perdiz foi o professor Lourenço do Rosário, um dos mediadores do diálogo entre as partes, que é visto, por alguns sectores, como fazendo parte de um “grande plano” para refazer a Renamo sem Afonso Dhlakama.

Os apupos dirigidos a Dinis Sengulane pela multidão que se dirigiu à casa de Dhlakama para manifestar a sua solidariedade pelo vexame a que foi sujeito pela polícia também adensam o clima de suspeição de alguns círculos em relação ao papel de alguns sectores da sociedade civil moçambicana na actual crise política. Discursando na abertura do Parlamento, Talapa “colou” a iniciativa de “mulheres e mães” promovidas por Sengulane como forma de pressão sobre Dhlakama e a Renamo.

# Ataques a Dhlakama são uma sabotagem a Nyusi

## – Africa Confidential

**O** desarmamento à força e fora do quadro negocial da guarda do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, no dia 09, e os incidentes envolvendo a sua caravana, no dia 25 de Setembro, cuja participação as Forças de Defesa e Segurança moçambicanas assumiram, e no dia 12 de Setembro, ainda não esclarecidos, podem ser obra de uma facção mais radical da Frelimo, partido no poder em Moçambique, decidida a torpedear a autoridade do Presidente da República e líder da organização, Filipe Nyusi, analisa a Africa Confidential (AC), uma publicação de análises sobre a situação em África,

com sede no Reino Unido.

No seu último apontamento sobre Moçambique, a AC cita fontes que consideram que os três últimos episódios devem ter sido gizados para envenenar as perspectivas de negociações entre Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama, com o desiderato de impedir que o chefe de Estado faça concessões ao principal partido da oposição moçambicana.

“A principal vítima destes últimos desenvolvimentos é a autoridade de Filipe Nyusi e o seu controlo do Estado e do partido. Isto marca uma nova fase, uma fase mais difusa do processo de apaziguamento do país”, considera a AC.

## Ala Guebuza

A avaliação sobre os últimos acontecimentos em Moçambique reconduz a Armando Guebuza, de acordo com a publicação, assinando que a ala que pode estar por detrás das investidas de Setembro contra a comitiva de Afonso Dhlakama pode ser próxima do antigo chefe de Estado.

A esse propósito, a AC enfatiza que o governador da província de Manica, Alberto Mondlane, onde a caravana de Dhlakama foi atacada, foi ministro do Interior de Guebuza.

Por outro lado, o porta-voz da Frelimo, Damião José, um lugar-

-tenente de Armando Guebuza, reagiu de modo catastrófico e amador ao primeiro evento em Manica, acusando, sem apresentar provas, a própria Renamo de ter simulado o ataque contra a comitiva do seu líder.

A AC avança mesmo que a reacção atabalhoada de José aos incidentes de Manica deixou perscrutar nas entrelinhas um conhecimento antecipado do que se passou com a caravana de Afonso Dhlakama.

A posição da polícia moçambicana de que o primeiro incidente resultou de um tiroteio entre os seguranças de Afonso Dhlakama é, de acordo com a análise, desmentida

por testemunhas no local, incluindo jornalistas de órgãos de comunicação social pró-governamentais. A AC lembra que Afonso Dhlakama foi obrigado a caminhar a pé, após o incidente, ao compreender que não havia condições de segurança para que a viagem continuasse de carro.

Citando fontes independentes, a análise refere que 20 membros das Forças de Defesa e Segurança moçambicanas, vestidos a civil, alegadamente envolvidos no segundo ataque, podem ter morrido na ocasião, acontecendo o mesmo com 19 da Renamo, além de um civil que também perdeu a vida.



A AC lembra que o segundo ataque levou Afonso Dhlakama a desaparecer para lugar incerto, que a análise acredita ter sido algures no distrito de Gorongosa, província de Sofala, que funcionou como seu quartel-general durante a violência militar que o país viveu entre 2013 e 2014.

A fuga de Afonso Dhlakama, considerada a análise, atingiu um dos objectivos pretendidos pela ala da Frelimo que está por detrás dos ataques: acabar com a liberdade de Dhlakama de continuar a mobilizar multidões em comícios.

Aliás, prossegue a AC, a nova frota de veículos todo-o-terreno que transportavam a caravana do líder do principal partido da oposição ultimamente foi destruída supostamente pelo fogo de armas RPG. A AC insiste que o verdadeiro alvo dos ataques contra Afonso Dhlakama é Filipe Nyusi, que na altura do segundo ataque discursava na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque.

As emboscadas fizeram desancorar pela segunda vez as iniciativas de paz de Nyusi, para alívio de elementos recalcitrantes da Frelimo, que temem concessões demasiado generosas à Renamo.

“O último ataque aconteceu três dias após indicações de que Afonso Dhlakama aceitaria o convite de Filipe Nyusi para um encontro, ignorando a provocação do primei-



A autoridade de Filipe Nyusi e o seu controlo do Estado e do partido parecem postos em causa com os últimos desenvolvimentos envolvendo a Renamo e Dhlakama

ro ataque, na sequência de esforços desenvolvidos pelo antigo chefe de Estado moçambicano Joaquim Chissano”, realça a AC.

Na opinião da AC, o desarmamento pela polícia da guarda de Afonso Dhlakama no passado dia 09 corrobora a proposição de que há uma ala da Frelimo empenhada em sabotar a autoridade de Filipe Nyusi

**Pacheco e Khalau, os “pivots”**

Aludindo a observadores da situação política moçambicana, a AC diz que o actual chefe de Estado controla o Governo, mas o poder real está na Comissão Política da Frelimo, que toma todas as decisões substantivas e é dominada por aliados radicais de Armando Guebuza: A análise aponta o actual ministro da Agricultura, José Condugua Pacheco, como uma peça-chave nos últimos desenvolvimentos políticos no país, assinalando que o gover-

nante foi ministro do Interior no governo de Guebuza.

Jorge Henrique da Costa Khalau, actual comandante-geral da polícia moçambicana, é igualmente descrito como detendo uma posição de “pivot” nos mais recentes eventos. Os mediadores que negociaram o apaziguamento da situação perigosa que se viveu em casa de Afonso Dhlakama na Beira receberam indicações de que deviam lidar directamente com Pacheco. Mais tarde,

Khalau fez declarações incisivas sobre a necessidade do desarmamento da Renamo.

Segundo a AC, a intenção dos raides às caravanas do líder do principal partido da oposição não visavam o seu assassinato, mas humilhá-lo, travar os seus comícios e obrigá-lo a negociar por menos.

“Tal estratégia – a opção militar – foi usada no passado, mas não funcionou. Dhlakama ganhou muito pela sua postura de desafio ao Estado e do falhanço da Frelimo de o parar”, considera a AC.

Os analistas ouvidos pela AC concordam na necessidade de reformas para um acordo político duradouro, que exigirá algumas concessões a favor da Renamo na sua demanda de províncias autónomas ou envolvimento no processo de escolha dos governadores e benefícios políticos, bem como limitação de tendências autoritárias por parte da Frelimo.

O documento anota, contudo, que as linhas vermelhas impostas pela ala dura da Frelimo são no sentido de a Renamo ser desarmada incondicionalmente e entregar os seus elementos armados à integração na polícia.

Para a AC, os ataques à Renamo sustentam a tese de que só através da pressão militar é que se pode obrigar a Frelimo a aceitar cedências. Uma Renamo desarmada será completamente marginalizada, diz.



## FOCADOS NO SEU SUCESSO.

Sim, no **Capital Bank** olhamos para os seus projectos de forma ímpar, tendo em conta os mais pequenos pormenores. Por si e pela sua empresa, trabalhamos diariamente para que o seu negócio cresça com sucesso, hoje e sempre.

Sim, mais do que um banco, somos seus parceiros, somos parceiros do seu negócio.

Abra uma conta no **Capital Bank** e sinta a diferença.

[www.capitalbank.co.mz](http://www.capitalbank.co.mz)

**capitalbank**  
O SEU Negócio em Primeiro



# Paranoia da guerra atormenta reabertura da AR

- **A Renamo segue uma lógica militar – Talapa**
- **Querem assassinar Dhlakama – Ivone Soares**
- **Isto é bipolarização – Lutero Simango**

Por Ricardo Mudaukana

Depois do tradicional defeso, os deputados da Assembleia da República voltaram aos trabalhos em plenária. Com eles, voltaram também as já “marcas registadas” cenas de diabolização do outro partido e a auto-ilibação, proporcionando as inevitáveis trocas de acusações.

No seu discurso de abertura, o partido no poder, Frelimo, assumiu que Moçambique vive uma situação de incerteza em relação à manutenção da paz, acusando a Renamo, principal partido da oposição, de seguir uma lógica de militarização.

Por seu turno, o movimento liderado por Afonso Dhlakama, acusou o partido no poder de pretender matar o seu líder, apontando o diálogo como a via para o desarmamento do principal partido da oposição.

O MDM, que se posiciona como neutro nas querelas entre os dois “mais velhos”, considera a actual situação político-militar como parte de uma estratégia de reinstalação da bipolarização entre a Frelimo e a Renamo.

A Frelimo e a Renamo trocaram acusações sobre a crise política que o país vive, durante a abertura na quarta-feira da II Sessão da VIII Legislatura da Assembleia da República.

“Infelizmente, mantém-se o clima de insegurança e de incerteza, ali-



Margarida Talapa

mentado por discursos violentos e atitudes irresponsáveis, bélicas e destabilizadoras”, afirmou a chefe da bancada da Frelimo, Margarida Talapa.

Talapa acusou a Renamo de seguir uma lógica de militarização e de recusar transformar-se num partido político democrático, apontando o abandono das negociações com o Governo por parte do movimento como exemplo da postura do principal partido de oposição.

Aludindo ao desarmamento pela polícia da guarda do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, no dia 09, na Beira, a chefe da bancada da Frelimo considerou o acontecimento como sinal de esperança para a desmilitarização do movimento.

“Os moçambicanos estão esperançosos de que o sinal dado pelo líder da Renamo, entregando as armas que estavam na posse da sua guarda



Ivone Soares

personal, seja o início do seu desarmamento e da sua efectiva transformação num verdadeiro partido político”, acrescentou Margarida Talapa. Com os incidentes envolvendo as caravanas da Renamo e as escaramuças com as forças de defesa e segurança moçambicanas ainda frescos, a chefe da bancada parlamentar da Frelimo acrescentou que o seu partido apoia a determinação em garantir a lei e ordem em Moçambique.

## Querem matar o líder – Ivone Soares

Por seu turno, a chefe da bancada da Renamo, Ivone Soares, acusou a Frelimo de pretender matar Afonso Dhlakama, durante o cerco e a invasão da residência do seu líder na Beira, enfatizando que o desarmamento do movimento passa pelo diálogo e negociações.



Lutero Simango

“O cenário gratuito pré-bélico montando na residência do presidente Dhlakama foi a ponta do ‘iceberg’ da cobardia e má-fé, que a Frelimo poderia demonstrar. Não se tratou de um incidente casual”, afirmou Soares.

A chefe da bancada da Renamo classificou como “atentados” os incidentes em que a caravana do líder da Renamo se envolveu no dia 12 e 25 de Setembro, este último com vários mortos.

“Para qualquer desarmamento, só há um caminho: diálogo, negociação, entendimento. A violência gera violência”, salientou Ivone Soares.

## Esta cena visa ressuscitar a bipolarização - MDM

Por seu turno, o chefe da bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), terceiro maior partido, Lutero Simango, apontou

a violência política e militar no país como factores de grande preocupação em Moçambique.

“A violência político-militar e a insegurança, a criminalidade, a redução de investimentos e a crise na indústria turística nacional vêm completar o já assombrado quadro de vida da maioria dos que depositam o seu voto para estamos aqui”, declarou Simango.

O MDM, prosseguiu o chefe da bancada, não acredita no recurso à força para a implantação da democracia nem para a manutenção da paz, considerando que essa opção põe em risco a construção do estado de direito democrático e visa ressuscitar a bipolarização política (entre a Frelimo e a Renamo)."

Para a sua II Sessão, a Assembleia da República arrolou 27 pontos de agenda, avultando proposta de revisão da Constituição da República submetida pela Renamo, defendendo a criação de autarquias provinciais e o debate do Orçamento do Estado e do Plano Económico e Social de 2016.

O parlamento vai igualmente debater a criação de uma comissão de inquérito para investigar os contornos da dívida de 850 milhões de dólares para a criação da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), ouvir o discurso do Presidente da República, Filipe Nyusi, sobre a Situação Geral da Nação, e a informação anual do Provedor de Justiça.

Desconfianças entre o Governo e a Renamo atingem o ponto mais alto

## Bispos católicos querem mediar diálogo

Por André Catueira

Quando as relações entre o Governo e a Renamo se deterioraram cada vez mais, tendo as desconfianças atingido o ponto mais alto com o cerco e a invasão, pelas forças especiais da Polícia, à casa do líder da oposição, Afonso Dhlakama, os Bispos católicos de Moçambique se ofereceram semana passada a reaproximar as partes para um “diálogo não camuflado”, mas ambos (Governo e Renamo) mantêm-se indiferentes aos convites dos clérigos.

Os Bispos católicos de Moçambique manifestaram preocupação com a agudização da tensão política no país, acrescentando já terem endereçado cartas ao Governo e à Renamo, colocando-se à disposição para mediar o diálogo para a consolidação da “tão desejada e ameaçada Paz”.

Na semana passada, em conferência de imprensa na Beira, convocada pelo grupo, os bispos reiteraram a sua disposição de reaproximar as partes beligerantes para uma solução pacífica no diálogo, fazendo eco às outras correntes sociais, para se envolver mais moçambicanos nas negociações de longo prazo que os dois mantêm – agora a negociação foi rompida após a Renamo considerar de “palhaçada”

os avanços e recuos no Centro de Conferências Joaquim Chissano.

Ainda segundo o arcebispo da Beira, Cláudio Zuanna, a primeira carta-convite foi formulada ao Governo e à Renamo em Novembro de 2013, alguns meses depois da saída de Afonso Dhlakama, da Serra da Gorongosa (base de Satunjira), que no entanto não teve resposta. Uma segunda carta-convite voltou a ser endereçada quinta-feira, 15 de Outubro.

“Vimos reafirmar a nossa inteira disponibilidade que já esta semana o fizemos por escrito dirigindo uma carta pessoalmente ao Presidente da República e ao líder da Renamo. Essa é preocupação de todo o cidadão, que para ser seriamente efectiva tem de envolver todas as forças vivas da nação”, disse o arcebispo da Beira, Dom Cláudio Zuanna, considerando a Paz um direito inalienável de todos os moçambicanos.

Forças especiais da polícia – Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e Grupo Operativo Especial (GOE) – invadiram sexta-feira, 09 de Outubro, de manhã, a casa do presidente da Renamo, num bairro de elite na Beira, e prenderam guardas do partido de oposição, que viriam a ser soltos após ser “torrados” com sol num blinado.

A invasão da casa de Afonso Dhlakama no bairro das Palmeiras aconteceu um dia depois de ter reaparecido na serra da Gorongosa, ao fim de quase duas semanas em lugar desconhecido, após ter desaparecido no dia 25 de Setembro em Gondola, província de Manica, durante confrontos entre os homens armados da oposição e as Forças de Defesa e Segurança.

“A igreja acha que não há outro caminho da solução desta tensão se não aquele da reconciliação, do encontro, do falar-se e do encontrar passos possíveis da Paz. Então é sobretudo um estímulo nesta direcção, é quase apontar a direcção de saída”, disse Zuanna.

## Fosso de desconfianças

Zuanna considerou que a hostilidade policial, durante a invasão à casa de Afonso Dhlakama, foi uma “ferida profunda” no corpo da confiança mútua, indispensável para toda a forma de convivência civil e de democracia, manifestando preocupação com o cenário político-militar do país.

“O uso da força para desarmar o adversário não pode dar os frutos ilusoriamente esperados”, precisou Cláudio Zuanna, sustentando que a situação pode vir a aumentar a sensação de “exclusão e marginalização” do

povo moçambicano.

“Se não se desarmassem os corações, seria ilusório pensar que as armas não se podem facilmente voltar a adquirir”, declarou o arcebispo da Beira, em alusão ao desarmamento forçado da Renamo.

Defendeu, contudo, ser imperioso “restabelecer a confiança recíproca”, adiantando que o passo a seguir será muito lento e comprido, mas assegurou que os “pequenos passos, feitos de encontros e também cedências mútuas”, podem conduzir à reaproximação das partes.

Zuanna defendeu ainda que os caminhos da paz devem ser procurados em conjunto, com a contribuição e esforço de todos, considerando que “não há ninguém em Moçambique que tenha uma receita para a Paz”.

## Invasão perigosa

Reconstituindo o cerco e a invasão à casa do líder da Renamo, Cláudio Zuanna classificou a acção da Polícia de “negativa e perigosa”, assegurando que se não reinasse bom senso, da parte da Renamo, a situação degenerava em derramamento de sangue incontrolável.

“A nossa cidade da Beira esteve submetida a uma injusta situação, grave e perigosa. Esta situação de tensão em

que a Beira, de improviso, se encontrou envolvida podia ter degenerado (em derramamento de sangue) se o bom senso de alguns não tivesse prevalecido”, disse Zuanna.

“Preocupa-nos ainda por sermos forçados a reconhecer que há quem confia nas armas como meio para impor as suas próprias razões”, declarou o responsável da igreja católica na Beira, defendendo que “quem escolhe o caminho da violência não é pelo bem do país”.

O país precisa deixar de investir em trágicas mortes e lágrimas, gastando recursos para o fomento da tensão e agressividade da população, no lugar de lutar contra a pobreza, que, disse Cláudio Zuanna, compromete o desenvolvimento. Sustentou, contudo, que a escolha da violência, em nada favorece aos próprios grupos e/ou partidos, que a ela recorrem.

“O povo, que é afinal o verdadeiro soberano, saberá reconhecer e definir, afinal quem é realmente pela Paz”, disse Zuanna, que apelou à promoção e valorização de gestos e acções que contribuam para “a tão desejada e ameaçada Paz”, que inclui a reconciliação, inclusão e integração de todos os cidadãos nacionais na sociedade e no respeito da justiça e verdade.



UM PROJECTO  
**SOICIFIDE**

[www.acraya.com](http://www.acraya.com)

# Visite o andar modelo e sinta-se em casa



Comprove por si próprio a qualidade dos acabamentos, dos equipamentos e de todos os importantes detalhes que vão tornar a sua vida mais confortável, mais cómoda e mais segura

**Seja bem vindo!**



# ACRAYA

RESIDENCE

Stand de Vendas:

Av Ahmed Sekou Touré 864



# Nyusi vista África do Sul para desbloquear negócios

Por Arginaldo Nhamossa, em Pretória

O presidente da República, Filipe Nyusi, iniciou esta quarta-feira, uma visita de estado de três dias à vizinha África do Sul, com o intuito de reforçar as relações bilaterais principalmente no que toca aos negócios.

Nyusi é acompanhado por uma delegação de 60 empresários moçambicanos, dos quais 20 são residentes na África do Sul. O presidente desafiou os empresários a acelerarem o passo no investimento, porque o país está atrasado no que diz respeito às parcerias económicas. Os empresários moçambicanos pediram a intervenção de Nyusi de modo a desbloquear as barreiras do black empowerment, que impedem as empresas moçambicanas de concorrerem em concursos públicos promovidos na terra do rand. Debaixo de chuviscos, o presidente Nyusi foi recebido à sua chegada pela ministra dos Negócios Estrangeiros, Maité Mashabane. Recorde-se que em Maio, debaixo do fogo cruzado da xenofobia, Jacob Zuma visitou Moçambique, naquela que foi a primeira visita recebida por Nyusi após a tomada de posse, tendo de seguida convidado o seu homólogo moçambicano a visitar a África do sul. Esta quinta-feira, Nyusi recebeu as saudações de boas-vindas e honras de Estado por parte do Jacob Zuma, e de seguida mantiveram um tête-à-tête e dirigiram o en-

no, a estabilidade de um país mede-se através da sua economia. Assim, manifestou a sua abertura de modo a facilitar as parcerias empresariais e investimento em Moçambique, mas alertou que para se alcançar o mercado é preciso qualidade, sob pena do país continuar atrasado. Fez notar que estas visitas visam acima de tudo abrir caminhos de modo que o país não dependa exclusivamente do gás e do carvão, por serem recursos que não garantem a estabilidade e conforto devido à volatilidade dos preços do mercado. Tomou o exemplo de alguns países, cujas economias dependem dos recursos minerais que agora estão a ter grandes problemas.

## Há barreiras no mercado sul-africano

O presidente da Confederação das associações Económicas de Moçambique (CTA), Rogério Manuel, lamentou o bloqueio da participação das empresas moçambicanas nos concursos públicos sul-africanos.

Tomou, como exemplo, o transporte do ferro cromo para exportação através do Porto de Maputo, em que numa primeira fase havia empresas moçambicanas que participaram dos concursos e ganharam, mas uma vez terminado o contrato não renovaram devido à lei do black empowerment em vigor na terra do rand.

Esta lei privilegia as empresas sul-africanas dirigidas por negros nos

um dos maiores fornecedores de produto a Moçambique.

Actualmente África do sul é o quarto maior investidor em Moçambique e só no primeiro semes-

tre deste ano já investiu USD 500 milhões.

Esta sexta-feira, Filipe Nyusi visita a central térmica de Medupi para se inteirar do projecto e do que po-

derá aquele empreendimento significar na relação com o Moçambique. Está previsto igualmente um encontro com a comunidade moçambicana residente naquele país.



O presidente Nyusi foi recebido à sua chegada pela ministra dos Negócios Estrangeiros, Maité Mashabane

contro das comissão bilateral entre os dois países.

## "Fracas face e fraca garra"

Filipe Nyusi depositou ainda uma coroa de flores no Freedom Park. No encontro com o empresariado nacional, Filipe Nyusi manifestou a sua preocupação com "fracas face e fraca garra", que os empresários nacionais têm mostrado no que toca às parcerias económicas a nível da região.

Nyusi reconheceu que Moçambique está atrasado neste capítulo e deve correr contra o relógio de modo a inverter o actual cenário em que mais de 60% do consumo nacional é importado.

Segundo o presidente moçambica-

diversos projectos de investimentos.

Trata-se, segundo Manuel, de um assunto que será difícil desbloquear, visto que o governo sul-africano criou linhas de créditos especiais para promoção dos investimentos da população negra, como forma de gerar um crescimento inclusivo. Nyusi levou em consideração o assunto e prometeu abordá-lo ao mais alto nível.

## Melhorar as trocas comerciais

O presidente do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), Lourenço Sambo, disse que actualmente a África do Sul leva vantagem nas trocas comerciais, sendo

**Voos LETZGÔ Taxas incluídas**

NAMPULA+BEIRA +PEMBA +TETE +CHIMOIO +QUELIMANE +LICHINGA IDA 4.290MT	TETE+QUELIMANE +LICHINGA IDA 4.290MT
BEIRA+TETE +QUELIMANE +LICHINGA IDA 4.290MT	BEIRA+PEMBA IDA 5.490MT

## AS TARIFAS BAIXAS ACABAM DE ATERRAR.

Viaje por Moçambique pelo preço mais baixo, com a tarifa **LETZGÔ** da LAM.

Outros pontos de partida Maputo, Inhambane, Vilankulo, Chimoio, Quelimane, Nacala, Pemba e Lichinga.



A companhia moçambicana.

lam.co.mz 2146 88 00 /voelamm



# Vodacom homenageia idosos com acções especiais

*A operadora realizou eventos para proporcionar um dia especial aos idosos de Quelimane, Beira e Tete.*

**O**s idosos são a camada mais velha da população e, exactamente por isso, uma das que merece a nossa especial atenção, devido à sua fragilidade e vulnerabilidade trazida pelos efeitos do passar do tempo que deixa de lhes permitir a agilidade e a independência que tiveram em outros tempos. Nesta fase da sua vida precisam de todo o apoio da família, para que continuem a viver uma vida feliz, rodeados daqueles que mais amam, e de forma digna, com acesso a todos os recursos que necessitam.



Muitos de nós associamos a nossa infância aos avós, ou a outra figura mais velha, que acompanhou o nosso crescimento, que nos ensinou muito do que sabemos hoje, que cuidou de nós quando não estávamos bem, que nos passou valores nos quais passámos a acreditar também. Na velhice, altura em que já não têm a energia e a capacidade que tinham antes, é a nossa vez de retribuir tudo o que já fizeram por nós, cuidando deles.

Foi com este mote que a Vodacom decidiu celebrar o Dia Internacional do Idoso, data assinalada a 01 de Outubro, com três acções especiais, em três dias diferentes, nas províncias de Quelimane, Beira e Tete.

Com estas festividades, a empresa pretendia proporcionar aos mais velhos um dia diferente e especial em que pudessem quebrar a monotonia da rotina diária. As comemorações organizadas pela Vodacom ficaram marcadas pelo convívio, pela amizade, pela partilha e principalmente pelos bons momentos que todos passaram juntos.

A primeira celebração aconteceu em Quelimane, no dia 01 de Outubro, e teve lugar no Centro de Acolhimento de Idosos. No dia seguinte, a 02 de Outubro, Lucas Chachine, Presidente

do Conselho de Administração da empresa, dirigiu-se para Beira para realizar a segunda acção no Centro de Idosos de Nhangau. Por fim, a equipa da Vodacom, esteve presente em Tete, dia 06 de Outubro, no Centro de Acolhimento de Chiclodue, local onde terminaram as festividades.

Para dar início às actividades, os idosos assistiram a uma palestra sobre saúde e bem-estar dada por profissionais da área junto dos quais puderam esclarecer algumas questões. Mais tarde, foram doadas várias centenas de redes mosquiteiras aos idosos para os ajudar a protegerem-se do mosquito responsável pela transmissão da malária. No fim de cada evento, foi feito um corte de bolo e oferta de brindes aos idosos alusivo aos festejos e as acções foram encerradas num ambiente divertido e alegre.

“Temos bem presente que os idosos têm necessidades especiais. Com o avançar da idade começam a surgir complicações de saúde que muitas vezes acabam por lhes tirar a autonomia a que estavam habituados. Por falta de ajuda, muitos desses idosos acabam por se isolar e passar muito tempo sozinhos. Com estas acções quisemos quebrar-lhes essa rotina e levar-lhes um pouco de alegria, mesmo que apenas por alguns momentos. Ficámos muito felizes por saber que contribuimos para a



felicidade destas pessoas, que causámos uma diferença positiva no dia deles. Para prolongar estes momentos de bem-estar, oferecemos-lhes, ainda, redes mosquiteiras para se poderem proteger da malária”, explicou Lucas Chachine, PCA da empresa.

A Vodacom aposta bastante na sua

política de responsabilidade social e faz várias vezes acções desta natureza. No passado mês de Junho, a operadora de telecomunicações fez algo semelhante para festejar o Dia Mundial da Criança, estando também presente em três locais em três dias diferentes.



# Fenómeno “chupa-sangue” aterroriza cidadãos em Nampula

Por Aunício da Silva, em Nampula

**A**situação de vida na cidade e província de Nampula, Norte de Moçambique, está a olho desarmado fora da capacidade de satisfação do cidadão pacato devido à alta de preços dos produtos de primeira necessidade, incluindo fornecimento irregular de electricidade e outros serviços básicos.

Tirando o abastecimento de água, que por essas alturas não tem sido regular, tudo de que dependa a sobrevivência das pessoas na cidade e província de Nampula está sufocando os bolsos do cidadão comum.

A segurança e tranquilidades públicas há muito que passaram para história. Aliás, algumas mentes que se importam de recordar o passado afirmam que “com a saída do comandante Weng San o crime voltou a passear a sua classe na província”.

Porém, nos últimos três meses surgiu um fenómeno que perturbada ainda mais o sossego de muitas famílias da chamada capital do norte e seus arredores. É o “chupa-sangue” numa versão moderna e mais sofisticada segundo se desabafa em conversas de esquina e de café. Consequentemente, a agitação já está a tomar conta dos bairros periféricos da cidade de Nampula e das vilas distritais de Chocas Mar, distrito de Mussuril e Cabaceira Grande e Pequena, também, no mesmo distrito.

Várias pessoas contactaram a reportagem do SAVANA em Nampula para denunciar o fenómeno, sem, no entanto, provar a ocorrência ou então a existência de uma vítima de incidente algo idêntico. Segundo as fontes “as pessoas que chupam sangue actuam na calada da noite enquanto estamos a dormir. Eles vêm com seus aparelhos e a uma distância próxima introduzem seringas através de pequenos cabos e vão chupando sangue às pessoas”.

O fenómeno de “chupa-sangue” em Moçambique remota desde o período de transição para a independência de Moçambique, segundo escreve o Professor Carlos Serra no seu blog “Diário de Um Sociólogo”.

No segundo número da série “Chupa-sangue em Nampula”, o Prof. Carlos Serra escreve que “é possível que a primeira notícia pós-colonial de crença no chupa-sangue date, na Zambézia, onde parece ter nascido, do fim de 1974 ou do princípio de 1975, quando os grupos dinamizadores [GDs] se formavam. Terá, então, corrido o boato de que os GDs iriam “chupar” o sangue às pessoas”.

“Mas é em 1978/1979 que a crença se vai desenvolver plenamente nas comunidades rurais zambezianas, numa altura em que a Frelimo procurava criar o homem novo, em que eram correntes as campanhas de vacinação e de doação de sangue, a hostilidade rodesiana tinha curso e uma rádio anti-FRELIMO actuava no Malawi. As pessoas acreditavam que, à noite, seres estranhos penetravam nas palhotas e lhes chupavam o sangue com seringas, pela cabeça, enquanto dormiam. Milhares de Zambezianos passaram noites em claro gritando, batendo palmas, agitando panelas e outros objectos para afugentar os anamawula (sugadores de sangue, “vampiros”). Fazia-se fé em que o sangue era destinado ao fabrico de uma nova moeda, à consolidação da Independência nacional e ao abastecimento dos hospitais. Do ponto de vista governamental, o fenómeno foi imputado ao inimigo e ao obscurantismo” - acrescenta o sociólogo no seu texto.

## Mecanismos de protecção

Ao nível da cidade de Nampula a agitação vive-se maioritariamente nos bairros de Namutequeliua, Zona Verde, Namicopo e Muhala Expansão onde os seus moradores passam noites em branco e fomentando barulho para afugentar o “chupa-sangue”.

Especula-se que a actividade de chupa-sangue é executada por um jovem do sexo masculino a pedido do governo ou então de idosos para fins de fabrico de dinheiro e noutros casos supersticiosos.

Durante as noites, homens, mulheres, jovens e crianças agitam latas e outros instrumentos que produzem barulho ensurdecedor para que não sejam vítimas do homem “chupa-sangue”.

Maria Armando, residente do bairro Namutequeliua, confirmou a ocorrência à reportagem do SAVANA em Nampula, apontando que “há mais de duas semanas que não conseguimos dormir porque dizem que anda um homem que chupa-sangue às pessoas a dormirem”, por isso “nas noites temos de fazer muito barulho para ele passar da nossa zona”.

Já na Zona Verde, um líder tradicional local que nos pediu o anonimato, sentenciou: “aqui na nossa zona ninguém que não resida aqui deve passar depois das 20h porque pode estar ligado ao homem chupa-sangue. Quando encontramos alguém que não vive aqui a essa hora só Deus sabe o que lhe vai acontecer”.

“Aqui em Cabaceira não dormi-

mos desde o mês de Setembro”, disse ao telefone Atumane Ali-de, residente daquela região, para quem “essa procura misteriosa de sangue é para garantir que o país tenha dinheiro porque quando Nyusi (Presidente da República) tomou posse não encontrou dinheiro nos cofres”.

Segundo esta fonte, as pessoas estão alarmadas nas aldeias e isso pode concorrer para o surgimento de focos de violência nas mesmas, sobretudo, fazendo vítimas idosas,

as quais acredita-se que também estão ligadas ao fenómeno.

## O que diz a PRM?

Publicamente a Polícia da República de Moçambique em Nampula ainda não se pronunciou sobre o fenómeno.

A imprensa local citou durante a semana Size Panguene, do Comando Provincial da PRM, em Nampula, como tendo afirmado que a corporação tem conhecimento da ocorrência, mas não

avançou mais detalhes.

O porta-voz da PRM em Nampula, Sérgio Mourinho, também, ainda não se pronunciou. No entanto, tentamos vários contactos telefónicos com ele, mas nunca atende e nem retorna as chamadas.

Sérgio Mourinho, em Nampula, é conotado pela comunicação social como sendo um indivíduo que apenas trabalha com órgãos de informação televisivos, marginalizando assim outros meios de comunicação.



**Family Rooms from R300.00**  
Per Person Sharing including BREAKFAST

**Bundu**  
\*\*\* LODGE

- \* Animal Touch Farm
- \* Family Friendly Environment
- \* Safe and Secure
- \* Luxurious Accommodation
- \* Restaurant
- \* Close to Riverside Mall
- \* Close to Kiaat Hospital
- \* Close to Emotweni Casino

**Tel: 013-758 1222**  
[www.bundulodge.co.za](http://www.bundulodge.co.za)  
R40 Main Road  
WHITE RIVER / NELSPRUIT

*Come and Relax Mozambique!*  
**ACCOMMODATION SPECIAL**  
Valid from 01 November 2015 - 20 December 2015  
Terms & Conditions Apply \* [reservations@bundulodge.co.za](mailto:reservations@bundulodge.co.za)



**ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P.**

Plano de Restrições - Chókwè							
A Electricidade de Moçambique, E.P. tem vindo a efectuar restrições no fornecimento de energia eléctrica, na sequência da avaria da Subestação da Matola, enquanto prosseguem esforços insensuráveis visando a reposição do fornecimento normal de energia eléctrica.							
Para a permitir que os clientes estejam informados, a EDM divulga na tabela abaixo, o Plano de Restrições do Fornecimento de energia eléctrica							
Período	Dias de Semana	Domingo	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	Sábado
18:00 as 22:00	Massingir		Magude	Guijá	Mapapa		Mapapa
	25 de Setembro		Xinavane	Mabalane	Chilembene	Magude	Chilembene
	Mapapa		Massingir		Chihaquelane	Xinavane	Chihaquelane
	Chilembene				Nwachicoluane		Nwachicoluane
	Chihaquelane		25 de Setembro		Guijá		Guijá
					Mabalane	25 de Setembro	Mabalane

com energia construímos futuro



como podemos ajudar?



# poupe os seus trocos sempre que pagar com o cartão FNB

\* termos & condições aplicáveis

## Com o “Trocos” você poupa automaticamente



**Exemplo:**

Você paga as suas compras no valor de 146,00 MT com o seu cartão do FNB.



São debitados 150,00 MT na sua conta.



O valor é arredondado ao mais próximo e vai para 50. (neste caso fica 150,00 MT)



Assim serão depositados 6,00MT na sua conta poupança associada.



Você automaticamente poupou 6,00MT com o Trocos.

Foi a pensar em si, que valoriza as pequenas quantias, que o FNB criou uma solução inovadora e exclusiva aos seus clientes. O “Trocos”, permite-lhe poupar sempre que efectuar um pagamento com o seu cartão do FNB, tanto nas POS como através da internet. Aplique o seu troco, adira ao Trocos!

**FNB**  
First National Bank



# Carta aberta ao Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique

Sua Excia. Dr. Abdurremane Lino de Almeida

Excelência,

Em primeiro lugar, gostaríamos de lhe congratular por ter sido nomeado para assumir a pasta da Justiça, no governo de Sua Excia. o Presidente Filipe Nyusi, gostaríamos de tê-lo feito presencialmente, mas desde que ocupou este cargo, não teve tempo para receber-nos, ou talvez não tenha achado um espaço na sua imensa lista de prioridades. A verdade, senhor Ministro, é que temos um encontro adiado consigo, e que até este momento não sabemos se ocorrerá.

Talvez, senhor Ministro tenha razão em não nos receber, afinal o seu cargo é um cargo de nomeação, não um cargo de eleição. Provavelmente, devíamos tentar falar com o senhor Presidente da República de Moçambique, que foi eleito por nós, povo moçambicano e jurou respeitar a Constituição e as leis desta nossa Pátria Amada. Mas ainda assim, senhor Ministro, acreditamos que foi nomeado por possuir qualidades e competências que faltam a outros cidadãos, ferramentas necessárias para cumprir com o seu mandato de forma cabal.

No dia 12 de Fevereiro de 2015, enviámos a si uma carta a expor o processo da LAMBDA e a solicitar uma audiência. No dia 19 de Fevereiro, recebemos de sua parte um convite para participar de uma auscultação pública sobre o direito de associação das minorias sexuais. Felizmente, foi alertado para o absurdo e a ilegalidade de tal pretensão, auscultar publicamente sobre a outorga de um direito constitucionalmente consagrado, e o encontro não aconteceu.

No dia 16 de Abril, remetemos a vós, senhor Ministro, uma carta a solicitar uma resposta ao nosso pedido de audiência, e, mais uma vez, brindou-nos com o seu silêncio.

Talvez não sejamos dignos, senhor Ministro, de entrar em seu Gabinete, onde, aliás, já fomos recebidos pelas Ministras que o antecederam, a Dra. Benvinda Levy e a Dra. Esperança Machavela. Sim, senhor Ministro, a preocupação que pretendíamos partilhar consigo é antiga. Porquê não foi resolvida até hoje, senhor Ministro, não saberemos responder, a verdade é uma: continuamos à espera, certos de que um dia a lei terá de ser cumprida.

Resumindo, senhor Ministro, em 2008 um grupo de cidadãos homossexuais, e não só, submeteu, na Conservatória do Registo das Entidades Legais, o requerimento para o reconhecimento da associação que pretendiam constituir, a LAMBDA. De lá a esta parte, senhor Ministro, não logramos obter resposta, nem positiva nem negativa.

No início de 2015, fomos todos, cidadãos desta pátria amada, inundados por uma lufada de ar fresco, tomava posse um novo Presidente da República. O discurso de investidura deste “empregado do povo,” como assim se intitulou, foi um discurso tendente a sarar feridas há muito abertas, foi um discurso apaziguador, um discurso em que a tónica era a inclusão. Talvez, o senhor Ministro, que ainda não o era não tenha tido a grande oportunidade de ouvir tal discurso, por isso transcrevemos aqui dois breves trechos:

“Não aceitaremos a violação deste contrato social firmado com o nosso povo. Ninguém está acima da Lei e todos são iguais perante ela.[...]”

“Cada um de nós deve se orgulhar de pertencer a uma Nação unitária e indivisível, sem que para isso tenha que abdicar dos seus atributos e dos seus valores culturais próprios. NÃO EXISTEM OS QUE SÃO MAIS E OS QUE SÃO MENOS MOÇAMBICANOS. A bandeira multicolor que cobre todos os moçambicanos representa exactamente essa unidade na diversidade.”

Há muito que os moçambicanos esperavam por estas palavras, e acima de tudo pelas acções que as devem dar concretização. De certeza, senhor Ministro, quem o nomeou espera que trabalhe com vista a fazer destas palavras não apenas um discurso, mas uma realidade na vida de todos os moçambicanos.

Esta carta, senhor Ministro, poderia ter sido escrita há mais tempo, mas ela vem em resposta a um pronunciamento público de V. Excia. do qual retiramos apenas alguns pontos:

Quando perguntado sobre o processo de registo da Associação LAMBDA, o senhor respondeu nestes termos: “não é prioridade do governo verificar sobre os homossexuais; o governo simplesmente ficou calado, e esse silêncio não obsta que os homossexuais façam o que quiserem”. Disse ainda, senhor Ministro, que no vizinho Zimbabwe nem sequer se pode falar de homossexuais, pois lá estes “são exterminados e banidos”. Vem ainda o senhor Ministro dizer que isto não acontece em Moçambique porque o governo moçambicano reconhece a Liberdade. Mesmo reconhecendo alguma liberdade aos homossexuais, vem o senhor afirmar que se acautelem, chegando por palavras suas a afirmar a existência de uma linha vermelha, que estes, os homossexuais não podem transpor, sob pena de serem entregues à justiça. Na sua fala, senhor Ministro, afirma que os homossexuais (entenda-se LAMBDA) têm o direito de continuar a fazer o que puderem desde que não cometam crimes. Que ninguém os negou a liberdade de associação e que a atestá-lo está o facto de exercerem as suas actividades normalmente, sem nunca terem sido presos por tal motivo.

Excia, consta-nos que possui formação jurídica, por isso não devíamos lembrar-lhe o que nos obriga a lembrar, uma vez não ser leigo nessa matéria, mas ainda assim, e aproveitando o carácter aberto desta carta, pensamos que terá alguma utilidade as análises jurídicas que nas próximas linhas serão vertidas.

O direito de associação, senhor Ministro, está consagrado na Constituição da República de Moçambique (artigo 52), na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (artigo 10) no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (artigo 22), os dois últimos ratificados e em vigor na ordem jurídica moçambicana.

É desolador, senhor Ministro, perceber que o titular da pasta da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos desconheça o lugar da Constituição dentro de um ordenamento jurídico. Com efeito, senhor Ministro, as suas palavras vilipendiam a Constituição de forma veemente e inaceitável, num Estado que se pretende democrático e de justiça social (artigos 1 e 3 CRM).

Não será despiciendo, senhor Ministro, lembrar-lhe que um dos baluartes da nossa Constituição e de todo o moderno Estado de Direito é o princípio da Igualdade, e caso não saiba tem como corolário a proibição da discriminação. Senhor Ministro, este



princípio vertido no artigo 35 da nossa Constituição proíbe a discriminação entre outros aspectos, pela orientação sexual, mesmo que a letra da lei a isso não refira, para ajudá-lo a chegar a este entendimento, convidamo-lo a olhar o artigo 43 da Constituição que refere que os preceitos relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a Carta Africana, que no seu artigo 2 vem dizer: todas as pessoas terão direito ao gozo dos direitos e liberdades reconhecidos e garantidos na presente carta sem qualquer distinção, nomeadamente de raça, de etnia, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Não é demais lembrar-lhe, senhor Ministro, sobre as regras constitucionais acerca da restrição de direitos fundamentais, como é o caso da liberdade de associação.

Congratulamo-nos em saber, senhor Ministro, através de si que são prioridades do governo moçambicano dar água, saúde, educação, trabalho ao povo moçambicano, do qual também somos parte, só esperamos que uma vez garantidos não sejam negados aos moçambicanos que tenham uma orientação sexual homossexual, tal como lhes é negado o direito de se associar. Não nos prenderemos por ora em detalhes acerca da tutela dos direitos fundamentais e do lugar dos direitos, liberdades e garantias face aos direitos económicos, sociais e culturais, de que referiu, pois acreditamos que tendo estudado direito Constitucional deva saber que ao contrário dos direitos sociais, económicos e culturais, os direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis, vinculam as entidades públicas (unidades orgânicas do governo, por exemplo) e privadas, e que o seu exercício só pode ser limitado por via de lei, e que esta lei só o poderá fazer quando a Constituição expressamente o preveja (artigo 56 CRM).

Não encontramos, senhor Ministro, nenhuma referência na Constituição relativa à proibição de livre expressão de determinadas formas de orientação sexual e muito menos no artigo referente à liberdade de associação (artigo 52 CRM), à restrição deste direito quando os petiçãoários sejam homossexuais ou o objecto da associação tenha alguma referência à orientação sexual homossexual. Precisamos lembrar-lhe, senhor Ministro, que o termo orientação sexual não é novo no nosso ordenamento jurídico, com efeito preceitua o número 1 do artigo 4 da lei 23/2007 de 1 de Agosto, da Lei do Trabalho, que “a interpretação e aplicação das normas da presente lei obedece entre outros ao princípio (...) da não discriminação em razão da orientação sexual”.

Senhor Ministro, como vê, à luz da lei, inexistente qualquer fundamento para restringir o Direito de associação aos cidadãos, com base na sua orientação sexual e talvez por isso, senhor Ministro, e não porque nos reconhece alguma liberdade como afirmou, não haja uma resposta formal do Estado moçambicano até hoje. Pois, por muito que incomode este assunto, não encontra o senhor, tal como não encontraram as suas antecessoras, pessoas de inteligência acima da média, qualquer fundamento na lei que nos proíba de nos associarmos.

Senhor Ministro, o senhor assume que se calou perante a solicitação legítima de um grupo de cidadãos moçambicanos que amparados na Constituição e nas leis a si recorreram. Assumindo assim que não deve respeito à lei. Senhor Ministro, não esperávamos ter de o lembrar em público de alguns princípios que devem nortear a actuação da administração pública, como o princípio da legalidade e o dever de fundamentação dos actos administrativos, o direito de resposta dos administrados, entre outros.

Senhor Ministro, aquando do primeiro ciclo da revisão periódica universal, a questão da liberdade de associação das minorias sexuais foi levantada e Moçambique recebeu a recomendação de garantir este direito, tendo a recomendação sido recusada. Somos

obrigados a reconhecer que sua posição não nos colhe de surpresa, mas surpreende-nos a sua coragem de pisar nas leis e na Constituição deste país em público, coisa que as suas antecessoras com o bom senso que as caracterizava não conseguiram.

O senhor Ministro afirma que os homossexuais moçambicanos têm a sorte de não estarem no Zimbabwe onde, segundo palavras suas, simplesmente seriam exterminados e banidos. Infeliz comparação, senhor Ministro. Do titular da pasta da Justiça, espera-se que seja o defensor do Direito instituído e acima de tudo da justiça que deve ser igual para todos os cidadãos. Não compare um país que vive numa democracia multipartidária, onde há sucessão por via de eleições dos órgãos de poder, onde existe liberdade de expressão, com um país onde estas coisas são vã filosofia. Desde logo porque o povo zimbabweano vive sob o jugo da ditadura de um homem que não é exemplo a seguir. Se lhe interessa comparar-nos com outros, escolha os melhores, tal como dizia o saudoso Presidente Samora Machel, não nos devemos comparar com os piores, e nós acrescentamos, porque isso nos diminui ao tamanho destes. Mesmo assim, senhor Ministro, caso não saiba no Zimbabwe existe uma organização LGBT a GALZ, Gays e Lésbicas do Zimbabwe, organização esta que está legalmente registada e este ano comemorou 25 anos de existência.

Senhor Ministro, convidamo-lo a rever o seu conceito de liberdade. A liberdade não é um óbolo, uma esmola. É um direito que possui de outro lado um dever de respeito que a todos impende.

O senhor Ministro refere o Programa Quinquenal do seu governo, afirmando que deste não cabem as questões dos homossexuais. Primeiro, alertar-lhe, senhor Ministro, para um grande equívoco, não estamos a discutir questões dos homossexuais, estamos a discutir sobre um direito que a Constituição atribui, a liberdade de associação; segundo convidar-lhe a rever o Programa Quinquenal do Governo, aprovado pela Assembleia da República, na Resolução 12/2015 e publicado no BR I Série número 29.

O governo tem como prioridades “consolidar a Unidade Nacional, a Paz e a Soberania”(3.1) e para efeito tem como prioridades a criação de um ambiente de paz, harmonia e tranquilidade, consolidando a democracia e a governação participativa (alínea 2) e para o efeito compromete-se a garantir um estado de direito democrático e de justiça social (alínea 5.i). Portanto, parece-nos, senhor Ministro, que para além de desconhecer a lei deste país, também desconhece outros documentos do governo de que faz parte, o que é deveras preocupante.

Gostaríamos, senhor Ministro, de o convidar a reflectir sobre o impacto dos seus pronunciamentos numa sociedade que já estigmatiza os cidadãos homossexuais. Tais pronunciamentos vindos de si institucionalizam a discriminação e o preconceito, e são uma grave mancha à imagem deste país que tem demonstrado grandes evoluções no âmbito dos direitos humanos.

Os homossexuais, estes de que o senhor se refere como “ELES”, são cidadãos moçambicanos que diariamente contribuem para o desenvolvimento do país em todas as esferas, que votam e que acreditam numa nação mais justa e igualitária para todos.

Estamos cientes de que é compromisso do governo de que faz parte, a construção de uma sociedade inclusiva, sem os “ELES” mas, sim, repleto de “Nós”, nós as mulheres e os homens deste país.

Continuamos à espera de uma resposta à solicitação que fizemos há 8 anos, e esperamos de si, senhor Ministro, que se coloque do lado certo da história, para que não seja lembrado como apenas mais um, mas como um verdadeiro timoneiro da justiça e da legalidade.

Com os nossos melhores cumprimentos, nos despedimos por agora.



Financial Times no centro do furacão

# Magude no palco do negócio da morte

Por Ricardo Mudaukana

**O** envolvimento de moçambicanos nas redes internacionais de caça furtiva coloca o país no mapa fúnebre do submundo do crime contra algumas das espécies em extinção, nomeadamente elefante e rinoceronte.

Uma reportagem do reputado diário económico britânico *Financial Times* (FT) mostra que Moçambique é um ponto incontornável na trágica e vexatória rota do tráfico de marfim e cornos de rinoceronte.

“Caça furtiva de rinoceronte: dentro do comércio brutal” é o título de uma peça que mostra que o desespero, mas também a ganância de moçambicanos que vivem perto do parque sul-africano de Kruger, leva-os a cheirarem constantemente a morte, arriscando a vida na caça a paquidermes, para venderem peças a intermediários que as colocam no sudoeste asiático.

O comércio em Magude está em alta, mas o negócio dos funerais também prospera, sintetiza, numa das passagens, a reportagem.

“Tentámos dizer às pessoas para não fazerem isso (caça furtiva), fingem que ouvem, mas quando os deixamos, fazem o seu negócio. O dinheiro prometido é atractivo, quando os jovens voltam, compram carros e ostentam muito dinheiro”, diz Julião Chiburru, secretário na vila de Magude, entrevistado pelo FT.

“Não há riscos?”, questiona o diário britânico. “As coisas estão um pouco melhor agora, mas no ano passado falávamos de 10 funerais em dois ou três meses”, assinala Chiburru.

Na peça, Magude, no sul de Moçambique, é descrito como sendo habitado por uma das comunidades mais pobres, de um dos distritos mais pobres e de um dos países até recentemente mais lúgubres do mundo.

Magude, prossegue o texto, é também um impressionante entreposto do comércio multimilionário da caça furtiva. É o primeiro elo de uma cadeia global de abastecimento de peças de animais em vias de extinção, que tem como destino o sudoeste asiático, onde os cornos de rinoceronte são há muitos anos cobichados pelos seus supostos poderes curativos.

Citando investigadores que entrevistou durante a reportagem, o FT classifica o distrito como um campo de recrutamento de caçadores furtivos, responsáveis pelo que considera massacre de rinocerontes.

De Magude a apenas 40 quilómetros por entre uma floresta selvagem para o oeste, observa o FT, está a África do Sul e o Parque Nacional de Kruger. Há uma década era um paraíso: Os caçadores furtivos matavam em média 14 rinocerontes por ano, entre 1990 e 2007. O número disparou para 83 por ano, em 2008, e para 1.215, no ano passado,



Moçambique deu um passo ao incinerar cornos apreendidos aos traficantes

cerca de 5% da população de rinocerontes do continente.

## Há um Magude que lembra Los Angeles

Sugerindo as causas que podem estar por detrás do ingresso de jovens no sub-mundo da caça furtiva, o texto descreve Magude como desesperadamente pobre e uma antítese do bom momento económico que o país está a atravessar.

O espelho da miséria vê-se logo na vila, com comerciantes ambulantes a venderem milho, para a sua subsistência. Mas 50 quilómetros em direcção a norte, impressionam residências sumptuosas de estilo romanesco: algumas com pilares, outras com pórticos e a maioria com antenas parabólicas. Todas elas com muros altos. “É como se estivesse a atravessar subúrbios de Joanesburgo ou mesmo de Los Angeles”.

Segundo o FT, cada corno de rinoceronte trazido do outro lado da fronteira para Magude rende cinco mil dólares, um valor extraordinário num país que pagava de salário mínimo 100 dólares por mês aos seus trabalhadores agrícolas, no ano passado.

Os rinocerontes podem ter vagueado pelo planeta durante milhões de anos, mas são corpulentos, dengosos e míopes. Tudo o que se quer é uma arma, um machado, e, se estiver com sorte, apenas algumas horas de busca. Em 2013, abriu em Magude a primeira loja de electrodomésticos, vendendo ar-condicionado, congeladores, taças de vinho e tablets Samsung.

“O negócio está bom”, diz um vendedor paquistanês, exultando com o volume de vendas no pobre Magude e que é citado na peça.

O comércio no supermercado está tão bom como o negócio dos funerais. Desde 2008, dizem as fontes do FT, cerca de 220 caçadores furtivos, principalmente oriundos de Moçambique, foram mortos pelas

forças de segurança sul-africanas no Kruger. Ainda assim, não desarmam.

Cerca de dez quilómetros a oeste, na despovoada comunidade de Timanganine, um intermediário do negócio de cornos de rinoceronte conta que os jovens da área são constantemente assediados por mandantes interessados nos cornos de rinoceronte.

Horácio Nhatsave, um jovem gordo de olhos vermelhos, refuta estar envolvido no tráfico de rinocerontes, mas admite que a maioria dos jovens fala em comprar uma arma, matar um rinoceronte e realizar os seus sonhos.

Timanganine é um local de repouso para os caçadores furtivos, Magude é que é, é lá onde se faz o “show off”, lá os jovens são heróis.

Magude é apenas parte de uma rede criminosa global que alimenta e intensifica a fragilidade das instituições em mercados emergentes. Cada ano, espécies protegidas equivalentes a entre sete e 23 biliões de dólares são anualmente massacradas e comercializadas, de acordo com um relatório da Royal United Services Institute, citado na reportagem da FT.

## Não se despede quando se vai à caça furtiva

Os cornos de rinoceronte são particularmente sedutores, prossegue



Julião Chiburru, secretário na vila de Magude

a peça: são facilmente transaccionáveis e mais caros por quilo que o ouro. São também vorazmente procurados pelo mercado – a emergente elite da Ásia do Leste.

Conservacionistas ouvidos pelo jornal defendem que dissecar a cadeia da caça furtiva passa por compreender o emergente mercado do este asiático. Há uma classe média cada vez mais pujante com dinheiro para esbanjar em crenças tradicionais, com consequências catastróficas para espécies em extinção.

“Novo dinheiro louco e velhas crenças”, afirma Peter Knights, director-executivo do grupo WildeAid, uma ONG de defesa da vida selvagem com sede na Califórnia.

O FT cita novamente Julião Chiburru, que diz que a pobreza pungente que afecta o distrito de Magude torna inglória qualquer acção visando estancar o fluxo de jovens que se envolvem na caça furtiva.

“A maioria dos jovens que se envolvem na caça furtiva perdem a vida...Ninguém diz adeus quando vai à caça furtiva, porque se eles se despedissem, os seus pais diriam para não ir, mas como procuram uma aventura eles vão e voltam mortos. Como podemos mudar este comportamento?”, questionou aquele responsável administrativo em Magude.

As autoridades sul-africanas afirmam que prenderam 1.400 caçadores furtivos nos últimos anos, mas têm a consciência de que para reverter a maré devem ser neutralizados os intermediários e os mandantes, mas essa tarefa tem-se mostrado hercúlea.

Um chefe da guarda florestal moçambicana conta ao FT que alguns mandantes são conhecidos e são tratados como autênticos heróis. Lembra que a sua equipa e os guardas florestais sul-africanos detiveram um mandante no ano passado. “Foi condenado a cinco anos, convertidos em multa”.

A guarda florestal sul-africana, os “rangers”, relata ainda que armas confiscadas das mãos de caçadores furtivos são novamente apanhadas pela polícia em novas investidas de caça furtiva.

De acordo com um responsável pela guarda florestal moçambicana em Magude, os caçadores furtivos têm ordens para nunca denunciar os seus patrões, que normalmente pagam caução para a libertação dos empregados.

Ele não tem dúvidas de que há cumplicidades entre os caçadores furtivos e dirigentes. Para tentar corroborar esta tese, o jornal lembra o desaparecimento em Maio de cornos de rinoceronte numa esquadra na província de Maputo e o alegado envolvimento de polícias e de funcionários públicos no caso.

Um responsável sul-africano do Kruger destaca que se nota um empenho cada vez maior por parte das autoridades moçambicanas no combate à caça furtiva. “Até 2013, o acesso por Moçambique ao Kruger era livre, vi carros a entrarem facilmente no Kruger, agora, há uma força de elite contra a caça furtiva, com equipamento mais moderno, que tem uma boa relação com as Forças de defesa e Segurança sul-africanas e Moçambique adoptou novas leis; uma lei aprovada no ano passado, tornou a caça furtiva e o tráfico de cornos de rinoceronte num crime”.

Para o FT, o mundo habituou-se sinistramente à chacina da vida selvagem em África. Quando novas imagens sobre a matança de rinocerontes ou elefantes aparecem na televisão, a opinião pública assume facilmente que as atrocidades são apenas mais um capítulo de uma longa saga e que as espécies ameaçadas irão sobreviver.

Mas Robbie Bryden, um “ranger” sul-africano, com ar fatigado, acredita que o rinoceronte enfrenta a sua segunda crise existencial dos últimos 50 anos e começa a perder esperança em relação à sobrevivência da espécie.

Quando foi entrevistado em Junho, parecia cansado, tinha ido no encalço de caçadores furtivos desde a madrugada. Por volta da tarde, estava a 30 minutos de os encontrar, mas à medida que ia ficando tarde, eles escaparam.

Bryden, 36 anos, filho de um reputado conservacionista, lidera o combate contra a caça furtiva ao longo dos 91 mil hectares do Kruger Park, incluindo um pedaço de 62 quilómetros de fronteira com Moçambique.

Todas as noites, é acordado por notícias de um ataque. No ano passado, cruzou com 70 carcaças de rinocerontes com a marca registada de um ferimento na cabeça. Em Maio apenas, enfrentou 35 incursões na sua área de operação. “Não há muito que possamos fazer, o combate tem de ser feito também fora do parque. Não podemos combater isto sozinhos”, afirma o “ranger”.



## A empresa de energia que é também uma empresa de tecnologia.

Para desenvolver tecnologias inovadoras que ajudam o mundo a satisfazer as suas crescentes necessidades energéticas é preciso liderança e investimento. A ExxonMobil é líder do seu sector no desenvolvimento e aplicação de tecnologias para energias, investindo anualmente um bilião de dólares Americanos em Investigação e Desenvolvimento. É assim que conseguimos enfrentar os mais duros desafios energéticos em todo o mundo.

### ExxonMobil

A energia vive aqui™





# A encruzilhada da Frelimo e de Nyusi: entre dominação e direcção

Por Carlos Serra (CEA/UEM)

**Quanto mais os gestores de um Estado investem nos aparelhos repressivos e na repressão, mais alta será a composição orgânica da política e menor a taxa de lucro político, quer dizer, menor a legitimidade.**

O poder político é a razão de ser das hipóteses deste texto, tendo como eixos o partido Frelimo e o presidente desse partido e da República, Eng.º Filipe Nyusi. Tentarei previamente mostrar o que entendo por poder, poder político, gestão política, dominação política, direcção política e legitimidade.

## Poder

É o poder uma coisa, algo tangível, é o poder uma substância material que certos seres humanos excepcionais possuem em si? O poder é individual? Na verdade, o poder é uma palavrinha mágica que, no seu sentido mais imediato, digamos sinestésico, põe-nos logo a alma em sentido ou ajoelhada em santa reverência. Creio que todos nós temos do poder a imagem de algo tangível, mensurável, manuseável. Por isso é corrente dizermos e escrevermos, por exemplo, coisas como “ele tem poder” ou “chegou ao poder” ou “o seu poder é visível”. É bem mais difícil conceber o poder não como uma coisa à mão de semear na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde se originara o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece.

O poder de A sobre B é a capacidade

revelada por A para obter, na relação com B, que os termos de troca lhe sejam favoráveis. Lá onde a relação está saturada de força e de violência (do género “a bolsa ou a vida”) e onde, portanto, as alternativas à acção social são escassas ou inexistentes, não há uma relação de poder, mas uma relação de violência ou de força. Como escreveu Michel Foucault num dos seus livros, uma relação de violência age sobre corpos e coisas: ela força, dobra, quebra, destrói, aspira à passividade do Outro e, confrontada com a resistência, destrói. Pelo contrário, uma relação de poder articula-se sobre dois eixos fundamentais: por um lado, o Outro é sempre reconhecido como sujeito da acção e, por outro, está sempre em aberto todo um campo mútuo de respostas, de reacções, de efeitos e de invenções possíveis sem que isso signifique o eclipse do social em geral.

## Poder político

O que é poder político? É a possibilidade relacional de o Estado induzir condutas integradoras permanentes por parte dos cidadãos. Quantos tipos de gestão política podem ser considerados? Dois, excluindo tipos intermediárias, a saber: dominação e direcção, cuja relação dá a medida da *composição orgânica da política*.

## Dominação política

O que é dominação política? É o conjunto de procedimentos, físicos e simbólicos, que concernem à coerção física directa [uma relação de violência ou próxima disso, no sentido de Foucault].

## Direcção política

O que é direcção política? É o conjunto de procedimentos, físicos e simbólicos, destinados a obter a adesão dos cidadãos.

## Legitimidade

O que é legitimidade? Legitimidade de apela para a crença em algo que é percepcionalmente considerado bom, melhor ou eficaz. A legalidade apela para a crença nas leis, nas normas, no dever ser normado. Uma coisa pode ser considerada legal mas não legítima. E vice-versa. Mais concretamente: legitimidade é o reconhecimento historicamente situado e fluante, tácito ou declarado, manifestado pelos dominados aos dominantes no sentido de que é suportável a ordem social vigente e reconhecida a eficiência dos segundos.

Um Estado pode ser legalmente instituído, mas não ser considerado legítimo. Quando é que um Estado pode ser considerado legítimo nas percepções populares? Quando os seus gestores, em troca da lealdade que exigem aos cidadãos, são capazes de assegurar pelo menos cinco coisas:

1. **Protecção incondicional da vida e da propriedade;**
2. **Redistribuição da riqueza social evitando assimetrias sociais chocantes;**
3. **Provimento de qualidade de bens sociais fundamentais: emprego, ensino, saúde, justiça, transporte e reforma condigna;**
4. **Liberdade de movimento e de expressão;**
5. **Indemnização sempre que os seus cidadãos forem afectados por actos irresponsáveis e práticas lesivas decorrentes, directa ou indirectamente, da governação.**

## Sete desafios

Segue-se, agora, uma tentativa para analisar a encruzilhada histórica em que se encontram a Frelimo e o seu presidente - simultaneamente Chefe de Estado, Eng.º Filipe Nyusi - face à difícil escolha a fazer entre *dominação política e direcção política*. Para isso terei em conta os seguintes sete desafios:

1. **Estado, uso legítimo da força física e disputa**
2. **Desafios da gestão eleitoral da soma zero**
3. **Universidades e busca de ascensão social**
4. **Desafios políticos do heteropensamento**
5. **Criminalidade, corrupção e respeito**
6. **Desconfiança institucional e crença da moral cidadã**
7. **Modo de produção e de reprodução do social**

1. **Estado, uso legítimo da força física e disputa.** Em conferência de 1919, Max Weber afirmou o seguinte:

“O Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”.

Em Abril de 2013, o então primeiro-ministro Alberto Vaquina afirmou na Assembleia da República que apenas o Estado tem o direito de usar a força para restabelecer a legalidade e



a ordem pública, caso sejam violadas. Este ano, o general na reserva Jacinto Veloso disse o seguinte:

“[...] Eu não conheço um outro caso no mundo, a nossa democracia deve ser muito especial. O importante é que é muito difícil classificar uma democracia onde, por um lado, temos um partido no poder, e, por outro, temos um partido da oposição com o seu exército privativo, isso é um bocado estranho.”

Entretanto, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, anunciou há tempos que o seu partido iria criar uma polícia para garantir a segurança nas “provincias autónomas” que entende dever governar.

O que se passa, então, é que a Renamo contesta ao Estado o “monopólio do uso legítimo de força física”, para usar os termos de Max Weber. Proprietário de um exército privado, com um presidente que se multiplica em comícios desafiando o Estado, esse partido guerrilheiro defende hoje o sectionismo regional e afirma pretender governar províncias do centro/norte do país.

Essa situação é propícia à gestão estatal autoritária, portanto à *dominação*. Um ambiente belicoso exacer-

bado pode contaminar consciências e decisões, não importa a que nível e esfera institucional do país, fazendo subir a *composição orgânica da política*. Quando a intolerância *sobe*, a legitimidade *baixa*, ampliando o desacordo em geral e o processo negocial para a distribuição de recursos de poder e prestígio em particular. As fardas e os clarins castrenses não moram na casa da democracia.

2. **Desafios da gestão eleitoral da soma zero.** Eis um ponto muito sensível na vida política do país, invariavelmente gerando discórdia. O nosso sistema eleitoral tem um princípio muito simples, que pode ser traduzido da seguinte forma: o vencedor leva tudo. Portanto, um princípio de soma zero.

Há dois problemas com as eleições no país: o sistema eleitoral e a gestão dos resultados. O sistema eleitoral faz com que o vencedor ganhe tudo independentemente das derrotas que tenha a nível provincial. Por outro lado, temos os problemas, muitas vezes severos, repetidos eleição após eleição, da contagem e da divulgação dos resultados através de uma comissão eleitoral totalmente partidizada. As percepções populares não são nada abonatórias de ambos os problemas. Daí ser cada vez mais pertinente haver uma discussão am-

pla e aberta sobre (1) a possibilidade da adopção do sistema de representação proporcional do tipo sul-africano e (2) a despartidarização da comissão nacional de eleições. A simples discussão dessas duas possibilidades pode, de imediato, por hipótese, fazer subir a taxa de lucro político e crescer a legitimidade dos gestores políticos do Estado. Porém, é absolutamente necessário ser prudente e ter em conta que no país onde é ainda curta e conflitual a história eleitoral, por regra a lógica política não segue os caminhos das propostas acima apresentadas. Na verdade, essa lógica tem por hábito ser excludente.

3. **Universidades e busca de ascensão social.** Somos um país cada vez mais povoado por instituições de ensino superior dos mais variados tipos, oferecendo os mais variados tipos de cursos e títulos. Talvez já sejam 50, entre universidades, institutos e politécnicas, na sua maioria privados. O que significa isso? Significa que temos uma crescente população de pessoas formadas, ansiosas de ascensão social, de reconhecimento e de privilégios. Ministérios, universidades e Assembleia da República são eixos imediatos de atracção, especialmente quando próximos dos centros políticos de decisão e do néon urbano. Partidos políticos com

assento parlamentar são alguns dos mais atractivos veículos de acesso. Tal como antigos combatentes da luta de libertação nacional costumam afirmar que não fizeram a luta para serem pobres - dessa maneira legítima mandando a posse de riqueza -, as pessoas com cursos superiores, à cabeça das quais se encontram os mestres e os doutores formados no país e no estrangeiro, poderão igualmente dizer que não estudaram para serem pobres. Na verdade, nada mostra que essas pessoas ou que muitas dessas pessoas estejam dispostas aos sacrifícios da era samoriana ou a serem líderes de forças proletárias com a intenção de alterar o actual modo de produção e distribuição de riqueza. É nesse contexto que, por hipótese, recordando um pouco Charles Wright Mills, as pessoas formadas aspiram a fazer parte das elites do poder, nas esferas política, económica e militar, substituindo as velhas elites da luta de libertação e os seus círculos parentál-clientelistas. Essas pessoas constituem uma poderosa força de pressão, directa e indirecta, na luta política em curso.

4. **Desafios políticos do heteropensamento.** Entro, agora, num dos mais delicados campos da gestão política, a saber: o exercício do pensamento distinto do pensamento dos gestores do

poder político e estatal, especialmente o exercício do pensamento crítico. Um país é tão mais livre quanto mais os seus cidadãos podem exprimir os seus pensamentos sem medo. Mais profundamente, colocando muito alta a fasquia do óptimo: um país é tão mais livre quanto mais os seus cidadãos podem exprimir os seus pensamentos sem necessidade de recurso à violência verbal ou física. A violência verbal ou física é, sempre, produto de nós de estrangulamento permanentes, histórica e universalmente naturalizados, nas relações sociais. O nosso país herdou vários tipos de violência e de medo. Essa herança, hoje reatualizada através dos meandros castrenses, perturba o heteropensamento descomplexado e severiza os aparelhos repressivos do Estado, com múltiplas consequências para o Moçambique jovem que, em vários sectores, aprende a treinar-se, a vários níveis, na democracia liberal. A herança referida, especialmente se mantida e agravada, mutila generalizadamente os ganhos na *direcção política* e fortalece o crescimento da *dominação política*. Uma das consequências é a crença na conspiração, a crença mecanicista, ao nível de certos sectores do partido reinante e do Estado, de que a crítica em geral e a crítica política em particular equivalem a pertencer à oposição partidária ou a apoiá-la ou, ainda, a servir interesses estrangeiros obscuros.

5. **Criminalidade, corrupção e respeito.** Este é um ponto nuclear na avaliação da legitimidade política. Ou, melhor dito: estes são três pontos fundamentais, pontos que remetem para a eficácia das instituições do Estado e para a sua credibilidade moral perante os cidadãos. Na verdade, a nossa imprensa é uma espécie de armazém a abarrotar de histórias sobre criminalidade e corrupção. O crime de alto coturno e a transformação do Estado em saco azul de certos quadrantes mancham poderosamente a busca de legitimidade política por parte dos gestores do Estado e do partido que os nomeia. O respeito perde-se.

## 6. Desconfiança institucional e erosão da moral cidadã.

A perda do respeito reflecte-se das mais variadas maneiras. A desconfiança nas instituições estatais tem múltiplos canais, um deles consiste na convicção de que só venalizando as relações se consegue colocar as instituições do Estado a funcionar,

a produzir resultados concretos. O mundo dos *esquemas* é bem mais do que um conjunto de opções individuais ao sabor do arrojo e da lubrificação dos favores pessoais: ele é o real termómetro da erosão da credibilidade institucional. Como um todo, a moral cidadã sofre uma fractura moral grave.

7. **Modo de produção e de reprodução do social.** Os mecanismos pelos quais uma determinada sociedade é produzida e reproduzida são mais do que o conjunto dos pensamentos e das lógicas de vida que dão forma e corpo ao que somos como indivíduos. Parece ser sensato defender que a maior parte de nós acredita que são os indivíduos e as suas ideias que comandam o social. Sem dúvida. Mas não são livres de o fazer nas condições por eles escolhidas, arbitrariamente, estrangeiros à história e às múltiplas determinações dos modos de produção e de reprodução social não importa de que época histórica - para adaptar uma famosa posição de Karl Marx.

Modos de produção e de reprodução herdados são como rolos compressores, que nos determinam quando julgamos que os dominamos. É nesse molde dialéctico que habitam dois tipos de gestão política: a gestão pela aspirina e a gestão pelo antibiótico.

No primeiro caso não há qualquer intenção de alterar o coração e as regras de funcionamento de um país, propondo-se, apenas, medidas destinadas a remendar o que já existe, aspirinas para suavizar a febre social, acalmar pequenas dores. No segundo caso, pelo contrário, a intenção primordial é a de alterar o coração e as regras de funcionamento de um país no sentido genuíno de melhorar a condição social dos seus habitantes, especialmente dos mais carenciados.

Aí residem, nessa polaridade, nessa antinomia, os grandes desafios da Frelimo e do Eng.º Nyusi num triplo movimento: o peso social do passado, as múltiplas aspirações populares a uma vida decente e o desenho ansioso do futuro. Aí habita o risco das *acções-aspirina*. Nas palavras de Paulo Freire, são aquelas acções “cujo pressuposto fundamental é a ilusão de que é possível transformar o coração dos homens e das mulheres deixando intactas as estruturas sociais dentro das quais o coração não pode ter “saúde”. Aí, finalmente, em toda a sua com-

plexidade e luta, habita a luta entre concepções de *dominação* e de *direcção* política. Nesse sentido, vale certamente a pena recordar Eduardo Mondlane, em toda a sua permanente modernidade.

Na verdade, foi ele quem, melhor do que ninguém, enunciou no país os termos da troca política, da justiça social e, afinal, da democracia real: os cidadãos só participam num projecto político se o Estado for um parceiro redistribuidor. É por essa via que se adquire legitimidade, é por aí que verdadeiramente toma corpo a *direcção política*. Na verdade, a Frelimo enfrentou nos anos 64/66 os dois primeiros da luta armada, o seguinte problema, narrado por Mondlane:

“O vazio deixado pela destruição da situação colonial pôs um problema prático que nunca tinha sido considerado pelos chefes: o desaparecimento duma série de serviços inerentes à dominação portuguesa, especialmente serviços comerciais, enquanto o povo continuava a existir e a necessitar deles. A incapacidade da administração colonial deixava também muitas necessidades insatisfeitas, que continuavam a ser fortemente sentidas pelas populações. Assim, desde as primeiras vitórias de guerra, recaiam sobre a FRELIMO muitas e variadas responsabilidades administrativas. Uma população de 800 000 habitantes tinha de ser servida. Primeiro e acima de tudo, havia que satisfazer as suas necessidades materiais, assegurar abastecimentos alimentares, e outros artigos, como vestuário, sabão e fósforos; serviços de saúde e educação, sistemas administrativos e judiciais. [Durante algum tempo, o problema foi agudo. Não estávamos preparados para o trabalho que tínhamos pela frente, e faltava-nos experiência na maioria dos campos em que necessitávamos dela. Nalgumas áreas, as carências eram muito sérias; e onde os camponeses não compreendiam as razões, retiravam o seu apoio à luta e, nalguns casos, partiam mesmo definitivamente.” [Mondlane, Eduardo, *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1977, 3a ed., p.185]





UNIVERSIDADE LÚRIO

## EDITAL

### EXAMES DE ADMISSÃO À UNIVERSIDADE LÚRIO

#### ANO LECTIVO 2016

#### ÉPOCA ÚNICA

**Preâmbulo**

A Universidade Lúrio (UniLúrio) é uma universidade pública de âmbito nacional com sede na Cidade de Nampula e com faculdades também em Pemba (Cabo Delgado) e Unango (Niassa). No ano lectivo de 2016, a UniLúrio oferecerá um total de **480 vagas**, em **14 cursos de licenciatura**, nomeadamente: Medicina, Medicina Dentária, Farmácia, Nutrição, Optometria, Enfermagem, Ciências Biológicas, Engenharia Informática, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Geológica, Engenharia Florestal, Desenvolvimento Rural, e Arquitectura e Planeamento Físico, **cujas aulas iniciam no dia 15 de Fevereiro**.

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. A Lei 27/2009, de 29 de Setembro (Lei do Ensino Superior) estabelece, conjugados o artigo 22 e a alínea a) do Número 5 do artigo 23, que constitui condição de acesso ao primeiro ciclo de formação (Licenciatura) do ensino superior em Moçambique, a conclusão com aprovação da 12a classe ou equivalente. Tendo em atenção que o número de vagas é inferior ao número de candidatos, a UniLúrio estabelece os Exames de Admissão como critério de selecção, sem prejuízo de outros factores de ponderação fixados na mesma Lei. Assim, torna-se público que irão decorrer, de **11 a 15 de Janeiro de 2016**, numa única época e uma chamada, os exames de admissão à UniLúrio.

1.2. Os exames de admissão à UniLúrio **terão lugar em todas as províncias do país** e serão organizados em conjunto e com o apoio da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

**2. CANDIDATURAS**

2.1. Os candidatos poderão concorrer a **dois cursos diferentes**, indicando expressamente a **1ª e a 2ª opção**.

2.2. É da inteira responsabilidade do candidato a escolha das opções de cursos, bem como o preenchimento completo e correcto do boletim de candidatura.

2.3. O candidato deve realizar a pré-candidatura online, seguindo instruções patentes no site [www.admissao.uem.mz](http://www.admissao.uem.mz) ou num link patente no site [www.unilurio.ac.mz](http://www.unilurio.ac.mz), devendo ser validada pelo candidato nos postos de candidatura no período de inscrições indicado no ponto 4.1, mediante apresentação dos documentos listados nas alíneas c) e d) do Ponto 2.4.

2.4. A instrução do processo de candidatura torna-se efectiva com a entrega e confirmação de entrada dos seguintes documentos:

- Boletim de Candidatura, devidamente preenchido;
- Uma fotografia tipo passe actualizada, colada em lugar devido no Boletim de Candidatura (caso o candidato seja representado por um procurador, segundo o ponto 2.7);
- Fotocópia do NUIT (Número Único de Identificação Tributária);
- Recibo comprovativo de depósito bancário referentes às taxas de inscrição por disciplina e aos encargos da inscrição;
- Fotocópia acompanhada do respectivo original para efeitos de validação de um (1) dos seguintes documentos: Bilhete de Identidade ou talão, Passaporte, Cartão de Eleitor ou Carta de Condução (para nacionais);
- Fotocópia autenticada de Passaporte, DIRE ou outro documento equivalente (para estrangeiros).

2.5. Só serão aceites documentos de identificação que estejam dentro do prazo de validade até a realização da última prova de exames de admissão, ou seja, o dia 15 de Janeiro de 2016.

2.6. Não será instruído nenhum processo de candidatura com a documentação incompleta.

2.7. Caso o candidato não se possa fazer presente no acto de inscrição, o boletim de candidatura, a obter no posto de inscrição, deverá ser preenchido e assinado por alguém munido de procuração devidamente autenticada pelo notário e dentro do prazo de validade.

**3. CURSOS, VAGAS, DISCIPLINAS NUCLEARES, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA NECESSÁRIA**

Nos termos do Diploma Ministerial nº 68/96, de 7 de Agosto, que reformula o Plano de Estudos do 2º Ciclo do Ensino Geral, são instituídos os grupos A, B e C para este ciclo, que constituem a base de acesso a cursos específicos nas instituições do Ensino Superior. Na tabela que se segue, está indicado o curso, o tipo de formação pré-universitária requerida, as vagas previstas, as disciplinas nucleares de exame e os pesos de cada disciplina de exame na média do candidato.

Faculdade/Curso	Vagas	Disciplinas Nucleares				Formação pré-universitária necessária
		Disciplina1	Peso	Disciplina2	Peso	
<b>1. Faculdade de Ciências da Saúde (Nampula)</b>						
1.1. Licenciatura em Medicina	40	Química	50%	Biologia	50%	12º B do SNE (ou equivalente)
1.2. Licenciatura em Medicina Dentária	20	Química	50%	Biologia	50%	
1.3. Licenciatura em Farmácia	30	Química	60%	Biologia	40%	
1.4. Licenciatura em Nutrição	60	Química	50%	Biologia	50%	
1.5. Licenciatura em Optometria	30	Física	50%	Biologia	50%	
1.6. Licenciatura em Enfermagem	30	Química	50%	Biologia	50%	
<b>2. Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (Nampula)</b>						
2.1. Licenciatura em Arquitectura e Planeamento Físico	30	Matemática	60%	Desenho	40%	12º C do SNE (ou equivalente)
<b>3. Faculdade de Engenharia (Pemba – Cabo Delgado)</b>						
3.1. Licenciatura em Engenharia Informática	30	Matemática	60%	Física	40%	12º B ou C do SNE (ou equivalente)
3.2. Licenciatura em Engenharia Civil	30	Matemática	60%	Física	40%	12º C do SNE (ou equivalente)
3.3. Licenciatura em Engenharia Mecânica	30	Matemática	60%	Física	40%	12º C do SNE (ou equivalente)
3.4. Licenciatura em Engenharia Geológica	30	Química	60%	Matemática	40%	12º B ou C do SNE (ou equivalente)

<b>4. Faculdade de Ciências Naturais (Pemba – Cabo Delgado)</b>						
4.1. Licenciatura em Ciências Biológicas	60	Química	40%	Biologia	60%	12º B do SNE (ou equivalente)
<b>5. Faculdade de Ciências Agrárias (Waanangu/Sanga – Niassa)</b>						
5.1. Licenciatura em Engenharia Florestal	30	Biologia	60%	Química	40%	12º B do SNE (ou equivalente)
5.2. Licenciatura em Engenharia Desenvolvimento Rural	30	Biologia	50%	Química	50%	
<b>Total de vagas para 2016</b>	<b>480</b>					

**4. INSCRIÇÕES E VALIDAÇÃO DAS INSCRIÇÕES****4.1 Data e horário**

A validação das inscrições decorrerá nos meses de Novembro e Dezembro do presente ano, de acordo com o calendário constante da tabela seguinte:

Data	Período
14 de Novembro de 2015	Das 09:00h às 14:00h
21 de Novembro de 2015	Das 09:00h às 14:00h
28 de Novembro de 2015	Das 09:00h às 14:00h
30 de Novembro à 04 de Dezembro de 2015	Das 08:00h às 15:00h

**4.2 Locais de validação de inscrição**

A validação das inscrições aos Exames de Admissão terá lugar nos seguintes locais:

Província	Endereço
<b>Maputo (Província e Cidade)</b>	Campus Universitário Principal da UEM Faculdade de Engenharia da UEM – Cidade de Maputo
<b>Gaza</b>	Escola Pré-Universitária Joaquim Alberto Chissano – Cidade de Xai-Xai Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo – Cidade de Chibuto Outros locais a indicar
<b>Inhambane</b>	Escola Superior de Hotelaria e Turismo – Cidade de Inhambane Escola Superior de Desenvolvimento Rural – Vilankulo
<b>Sofala</b>	Instalações da UniZambeze - Cidade da Beira
<b>Manica</b>	Escola Pré-Universitária Samora Moisés Machel – Cidade de Chimoio Outros locais a indicar
<b>Tete</b>	Escola Secundária de Tete – Cidade de Tete Outros locais a indicar
<b>Zambézia</b>	Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras – Cidade de Quelimane
<b>Nampula</b>	Universidade Lúrio – Cidade de Nampula
<b>Cabo Delgado</b>	Escola Secundária de Pemba – Cidade de Pemba
<b>Niassa</b>	Escola Secundária Paulo Samuel Kankhomba – Cidade de Lichinga Outros locais a indicar

**4.3. A inscrição aos exames de admissão procede-se observando o seguinte:**

4.3.1. No acto de inscrição o **candidato deve apresentar o recibo comprovativo do pagamento das taxas de inscrição por disciplina, efectuado no balcão do banco**, mediante o qual valida-se os seus dados.

4.3.2. Na ausência do candidato, um **procurador munido da documentação**, de uma **fotografia tipo passe** do candidato e de uma **procuração** devidamente **autenticada** pelo notário, dentro do prazo de validade, pode fazer a validação dos dados do candidato.

4.3.3. A inscrição torna-se efectiva mediante a entrega do documento mencionado na alínea d) do Ponto 2.4 para quem valida os seus dados pessoalmente. Para o caso de alguém que pretenda validar outra pessoa, terá que trazer também **uma procuração para o efeito**.

4.3.4. O candidato deve manter conservado o recibo comprovativo da inscrição e deve fazer-se acompanhar deste durante a realização dos exames, para qualquer reclamação, pedido de revisão ou outro acto qualquer relacionado com os exames de admissão para o ano lectivo de 2016.

4.3.5. Não serão aceites casos de dupla inscrição. Sendo necessário inscrever-se a outro curso ou Universidade, o candidato ou seu procurador deve apresentar-se no posto de validação com o recibo da primeira inscrição, **não sendo necessário fazer um segundo pré-registo**. Os nomes das universidades e/ou cursos serão acrescentados ao código atribuído na primeira inscrição.

4.3.6. **O candidato deve possuir um único código.**

4.3.7. **Após a validação dos dados não há mais espaço para reclamações.**

**4.4 Taxas**

4.3.8. O candidato terá que depositar trezentos e cinquenta meticais (350,00 Mt) por disciplina de exame **no balcão MILLENNIUM BIM, na seguinte conta:**

Banco: MILLENNIUM BIM

Número de Conta: 140830130

Nome: Universidade Lúrio – Inscrições e Propinas.

**Atenção:**

a) Os valores pagos a título de taxa de inscrição não são devolvíveis.

b) Não serão aceites e nem reembolsáveis os valores depositados nas ATMs ou por via de transferência por internet para efeitos de pagamento

**5. PUBLICAÇÃO DAS LISTAS DE DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATOS POR LOCAL DE EXAME**

5.1. **As listas dos candidatos aos exames de admissão serão publicadas na terceira semana de Dezembro de 2015 no endereço de internet <http://www.admissao.uem.mz>. As listas indicarão as salas de realização dos exames e os códigos de exame dos candidatos.**

5.2. Cabe a cada candidato a consulta prévia das listas dos candidatos aos exames de admissão e a reclamação imediata de qualquer informação incorrectamente apresentada, nas datas a serem divulgadas pelo Departamento de Admissão da UEM.

5.3. Todas as informações referentes a dados incorrectos devem ser apresentadas, mediante a apresentação da fotocópia do recibo de inscrições nos locais de inscrição, ou seja, nos seguintes locais:

a) Cidade de Maputo: Escritórios do Departamento de Admissão a Universidade da UEM, Edifício do Centro de Informática da UEM – Campus principal da UEM;

b) Gaza – Escola Pré-Universitária Joaquim Alberto Chissano – Cidade de Xai-Xai ou Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo – Chibuto;

c) Inhambane – Escola Superior de Hotelaria e Turismo da UEM em Inhambane ou Escola Superior de Desenvolvimento Rural da UEM – Vilankulo;

d) Sofala – Reitoria da UniZambeze – Cidade da Beira – Bairro de Matacuane;

e) Manica – Escola Pré-Universitária Samora Moisés Machel – Cidade de Chimoio;

f) Tete – Escola Secundária de Tete – Cidade de Tete;

g) Zambézia – Escola Superior de Ciências Marinhas da UEM – Cidade de Quelimane;



- h) Nampula – Secretaria Geral da Universidade Lúrio – Cidade de Nampula;  
 i) Cabo Delgado – Escola Secundária de Pemba – Cidade de Pemba;  
 j) Niassa – Escola Secundária Paulo Samuel Kankhomba – Cidade de Lichinga.

## 6. EXAMES

### 6.1. Datas e horário

6.1.1 Os exames terão lugar, por cada disciplina, nas datas e no horário constante da tabela abaixo.

Dia	Disciplinas	Hora
11/01/2016 (Segunda-feira)	Desenho	07:30
	Biologia	13:30
12/01/2016 (Terça-feira)	Física	13:30
13/01/2016 (Quarta-feira)	Química	13:30
14/01/2016 (Quinta-feira)	Matemática	07:30

6.1.2 Não será permitida entrada de candidatos na sala de exame para prestação da prova, depois das 08:00h no período da manhã ou depois da 14.00h no período da tarde.

### 6.2. Local de prestação das provas de exames

6.2.1 O candidato realiza os exames na província em que se inscreveu e na sala correspondente à lista onde conste o seu nome, conforme as listas de distribuição de candidatos por sala de exame, a publicar pelo Departamento de Admissão à Universidade da UEM.

6.2.2 Não são permitidas transferências dos candidatos, das salas de exame publicadas pelo Departamento de Admissão à Universidade para quaisquer outros locais.

6.2.3 Os exames de admissão à UniLúrio realizar-se-ão nos seguintes locais:

<b>Maputo</b>	Instalações Universitárias da UEM- Cidade de Maputo Outros locais a indicar
<b>Gaza</b>	Escola Pré-Universitária Joaquim Alberto Chissano – Cidade de Xai- Xai Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo - Chibuto Outros locais a indicar
<b>Inhambane</b>	Escola Superior de Hotelaria e Turismo – Cidade de Inhambane Outros locais a indicar
<b>Sofala</b>	Instalações da Universidade Zambeze – Cidade de Beira Outros locais a indicar
<b>Manica</b>	Escola Pré-Universitária Samora Moisés Machel – Cidade de Chimóio
<b>Tete</b>	Escola Secundária de Tete – Cidade de Tete
<b>Zambézia</b>	Escola Secundária 25 de Setembro – Cidade de Quelimane
<b>Nampula</b>	Instalações da Universidade Lúrio – Cidade de Nampula
<b>Cabo Delgado</b>	Escola Secundária de Pemba – Cidade de Pemba
<b>Niassa</b>	Escola Secundária Paulo Samuel Kankhomba – Cidade de Lichinga

### 6.3. Procedimentos e disciplina

6.3.1 A entrada dos candidatos na sala de exame é feita mediante chamada a partir da lista contendo a relação nominal dos candidatos e confirmada por estes mediante exibição do documento de identificação. Não serão permitidas entradas de candidatos que não estejam munidos de documento de identificação dentro do prazo de validade.

6.3.2 É interdita a entrada do candidato que tenha o rosto tapado por qualquer que seja o motivo.

6.3.3 As provas de exame, com excepção de Desenho, são de múltipla escolha, tem a duração máxima de duas (2) horas e versarão sobre matérias cujos conteúdos correspondem aos currículos do nível médio do Ensino Geral.

6.3.4 Nas provas de exame serão usadas apenas esferográficas azul ou preta, e/ou ainda lápis a carvão, preferencialmente o HB.

6.3.5 Não é permitida a entrada na sala de exame com os seguintes materiais:

- Corrector;
- Dicionários;
- Telefones celulares;
- Máquina de calcular; e
- Equipamento electrónico, em geral.

6.3.6 É proibido o acto ou tentativa de utilização, obtenção, cedência ou transmissão de informações, opiniões ou dados através de livros, cábulas, meios electrónicos ou outras fontes, realizada por meios escritos, orais ou gestuais antes e durante a realização de provas de exame.

## 7. ADMISSÃO

De acordo com a alínea a), n° 5, Artigo 23 da Lei 27/2009 de 29 de Setembro, “*poderão candidatar-se ao ensino superior os indivíduos que tenham concluído com aprovação a 12ª classe do ensino geral ou equivalente*”. Em conformidade com o n° 1 do artigo 4, “*as condições de acesso a cada instituição de ensino superior são regulamentadas pela referida instituição*”. Assim:

7.1. Do total das vagas disponíveis, conforme o Ponto 3 deste edital, é reservada uma quota de admissão de 5%, que serão distribuídas equitativamente pelos candidatos seguindo os critérios de província de conclusão do nível Pré-Universitário ou equivalente e por género. Serão elegíveis a estas vagas os candidatos de ambos os sexos que, completando até 20 anos e zero dias de idade à data da candidatura, se candidatarem na província de conclusão do nível Pré-Universitário e tiverem obtido as melhores médias nos exames de admissão nessa província, independentemente do curso a que se candidatarem.

7.2. É ainda reservada, do total das vagas, uma quota de admissão de 10%, que serão distribuídas equitativamente pelas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, pelo critério de província de conclusão do nível Pré-Universitário ou equivalente a local de inscrição.

7.3. Para os cursos de Medicina, Medicina Dentária, Farmácia, Nutrição, Optometria, Enfermagem e Arquitectura e Planeamento Físico, a decorrer em Nampula, cinco (5) vagas, de cada um destes cursos, destinam-se aos candidatos que concluíram o nível pré-universitário na Província de Nampula e são também residentes desta província.

7.4. Para os cursos de Engenharia Informática, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, En-

genharia Geológica e Ciências Biológicas, a decorrer em Pemba, cinco (5) vagas, de cada um destes cursos, destinam-se aos candidatos que concluíram o nível pré-universitário na Província de Cabo Delgado e são também residentes desta província.

7.5. Para os cursos de Engenharia Florestal e Desenvolvimento Rural, a decorrer em Waanangu/Sanga, cinco (5) vagas, de cada um destes cursos, destinam-se aos candidatos que concluíram o nível pré-universitário na Província do Niassa e são também residentes desta província.

7.6. As vagas mencionadas nos pontos 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5 serão preenchidas pelos candidatos que, com idade igual ou inferior a 20 anos e zero dias, na data da candidatura, tiverem terminado o ensino pré-universitário (ou equivalente) na província de candidatura e obtido as melhores médias da província nos exames de admissão a estes cursos.

7.7. As restantes vagas serão preenchidas de acordo com os Pontos 7.8. e 7.9. deste Edital.

7.8. Em cada um dos cursos, serão admitidos os candidatos com a melhor média ponderada das disciplinas de exame, até ao limite das vagas estabelecidas, sendo tomada em consideração a ordem das opções expressas pelos candidatos e as quotas estabelecidas nos Pontos 7.1 a 7.6.

7.9. Se após o apuramento mencionado no Ponto 7.6., o número de vagas for ultrapassado e, se os últimos candidatos admitidos tiverem a mesma média, recorrer-se-á ao critério de idade, ou seja, admitindo-se os candidatos com menor idade.

## 8. PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS

8.1. Os resultados das provas de exame poderão ser acedidos através das páginas de Internet da UEM e da UniLúrio, respectivamente nos endereços [www.admissao.uem.mz](http://www.admissao.uem.mz) e [www.unilurio.ac.mz](http://www.unilurio.ac.mz) ou via SMS.

## 9. REVISÃO DE PROVAS E RECLAMAÇÕES

9.1. O prazo para a apresentação dos pedidos de revisão de provas e de reclamações é de 3 (três) dias úteis a partir do dia a seguir ao da publicação dos resultados.

9.2. O modelo de pedidos de revisão e as reclamações, em carta dirigida ao Magnífico Reitor da UniLúrio, poderão ser obtidas, nas províncias, nos locais de validação de inscrição descritas no Ponto 4.2 deste Edital e, em Maputo, na Comissão de Exames de Admissão, ou através da página de internet [www.admissao.uem.mz](http://www.admissao.uem.mz).

9.4. Os valores pagos a título de taxa pela revisão ou reclamação não são devolvidos.

9.5. Os pedidos de revisão e as reclamações deverão ser entregues, nas províncias, nos locais de validação de inscrição e, na cidade de Maputo, na Comissão de Exames de Admissão. A aceitação dos pedidos, estará condicionada à apresentação do recibo comprovativo do depósito, no balcão do BIM, da taxa de oitocentos Meticais (800,00MT) por cada disciplina a rever e/ou reclamação.

9.6. Qualquer reclamação, em relação aos cursos escolhidos ou aos períodos dos mesmos, submetida fora do período, local definido e requisitos indicados nos pontos anteriores, será considerada improcedente.

## 10. ADVERTÊNCIA E SANÇÕES

10.1. Incorrerá na sanção de anulação de todo o seu processo de candidatura/admissão o candidato que:

- Se encontrar em alguma situação contrária das descritas no Ponto 6.3.5 relativa a procedimentos e disciplina;
- Preste ou tenha prestado falsas declarações durante o processo de candidatura.

10.2. Incorrerá na sanção de anulação de todo o seu processo de candidatura/admissão e interdição de inscrição e ingresso à UniLúrio, pelo período de cinco (5) anos o candidato que:

- Se encontrar em alguma situação das descritas no Ponto 6.3.6 relativa a procedimentos e disciplina;
- Falsifique ou seja portador de documentos falsos;
- Faça a vez do candidato na prestação de exame de admissão à UniLúrio; e
- Se faça representar por outrem na prestação de prova de exame de admissão à UniLúrio.

10.3. Sobre os indivíduos abrangidos pelo disposto nas alíneas b), c) e d) do Ponto 10.2. serão igualmente aplicadas as seguintes sanções:

- Quando se trate de estudante da UniLúrio – expulsão, nos termos do Regulamento Pedagógico da UniLúrio em vigor, aprovado em Conselho Universitário de 27 de Setembro de 2013;
- Quando seja mero candidato – Interdição de Inscrição e ingresso à UniLúrio, por um período de cinco (5) anos.

## 11. MATRICULAS, INSCRIÇÕES, PROPINAS E BOLSA DE ESTUDOS PARA CANDIDATOS ADMITIDOS

11.1. A UniLúrio divulgará informação mais detalhada sobre as taxas e procedimentos para matrículas, inscrições, propinas e bolsas para a frequência dos cursos.

11.2. A UniLúrio oferece os seguintes tipos de Bolsa de estudos:

- Bolsa Completa;
- Bolsa Reduzida;
- Bolsa de Mérito;
- Bolsa-Alimentação;
- Bolsa-Alojamento.

11.3. Os candidatos moçambicanos inscritos para os exames de admissão da UniLúrio podem candidatar-se a estas bolsas, com excepção da Bolsa de Mérito. Para tal, poderão aceder igualmente ao boletim da bolsa de estudos no site da UniLúrio ([www.unilurio.ac.mz](http://www.unilurio.ac.mz)) e retorná-lo, na altura da prestação das provas, devidamente preenchido e com os requisitos exigidos;

11.4. Após o período normal de matrículas, havendo desistências por parte de candidatos admitidos, será publicada uma lista de suplentes para cada curso, composta por igual número de admitidos desistentes.

## 12. CASOS OMISSOS

Cabe ao Reitor da UniLúrio interpretar as dúvidas resultantes da aplicação do Edital e integrar os casos omissos.

UniLúrio, aos 14 de Agosto de 2015

A Direcção Pedagógica



## EDITORIAL

# Como salvar as empresas públicas

No início deste mês, o Primeiro Ministro Carlos Agostinho do Rosário esteve na sede da empresa pública Telecomunicações de Moçambique (TDM), onde constatou que a única entidade de prestação do serviço de telefonia fixa no país sofria de um défice no valor equivalente a 500 milhões de dólares. Este montante, calculado com base nos indicadores económicos de 2014, representa 3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique.

E qual foi a receita que o Primeiro Ministro encontrou para lidar com a situação?

Disse aos gestores para que realizassem um estudo e um plano detalhado de resgate, com vista a reverter a situação e melhor posicionar a empresa no mercado. Na mesma ocasião, o Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, sob tutela de quem recaí a empresa, disse que esta tinha parado no tempo.

Palavras sábias do Ministro. Mas vale a pena sublinhar que se uma empresa mantém-se para no tempo, mas ao mesmo tempo indo acumulando um défice de 500 milhões de dólares, não há nenhum plano de resgate que a possa salvar. Se fosse uma empresa privada, a única solução viável era despedir os gestores e vendê-la a novos investidores.

Mas tratando-se de uma empresa pública, só há duas opções. Uma é vender todos os seus activos e privatizá-la, com o Estado a encaixar algum valor pela operação. A outra, a mais provável, é o Estado recapitalizar a empresa e rezar para que os gestores desta vez não parem no tempo, e que pautem por uma gestão mais prudente e criativa que evite a acumulação de um novo défice. Para o que seria necessário ser capaz de acreditar em milagres.

Em visitas anteriores a outras empresas também tuteladas pelo titular dos Transportes e Comunicações, nomeadamente as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) e a pioneira da telefonia móvel no país, a MCEL, o Primeiro Ministro encontrou a mesma situação. No caso da MCEL, é importante notar que ela é detida em 74 por cento pelas TDM. Estando tanto a empresa mãe como a sua subsidiária ambas falidas, significa que nenhuma delas está em condições de ajudar a outra a navegar no meio desta tempestade. A única solução é uma intervenção do Tesouro, com a injeção de mais capital.

Infelizmente este é o estado em que se encontram, se não todas, a maioria das empresas públicas em Moçambique; um sector empresarial público que deveria ser uma mais-valia para as finanças públicas, é na verdade um gigantesco fardo para a economia do país. Empresas públicas que deveriam contribuir com impostos e remessa de dividendos ao Estado dependem do Estado para a sua sobrevivência, incluindo o pagamento de salários e outras regalias para os mesmos gestores que as levaram para o fundo do poço. O pior é que muitos destes gestores ganham aquilo que não produzem.

E nenhum montante conseguirá resgatar estas empresas se não forem introduzidas alterações profundas no modelo de nomeação dos seus gestores e na forma como elas são geridas. Os critérios de confiança política devem ser substituídos por uma avaliação criteriosa das capacidades de cada gestor e da necessidade de ausência de interferência política na gestão das empresas públicas. Moçambique tem quadros capazes, a quem só é necessário dar uma oportunidade para se revelarem. Não pertencem todos ao mesmo partido político, mas são moçambicanos com Moçambique no coração. Quando empresas públicas são pressionadas a contribuir com os seus escassos recursos para alavancar actividades político-partidárias, num ambiente de ausência total de fiscalização e de prestação de contas, aí está a receita perfeita para a falência. E nenhum estudo ou plano de resgate, por mais detalhado que seja, irá salvar qualquer empresa.

## Cartoon



# Defesa do Consumidor: Quem nos acuda?

Por Dércio Tsandzana

O tema sobre defesa do consumidor é mundial e arrasta consigo vários debates. Aqui no meu país, pouco se ouve, mas, falar de ADECOM é estar a abordar uma das siglas que não soam nos ouvidos dos moçambicanos há uma data de anos, o que pode até induzir que eu esteja a falar de algo sem interesse para ninguém.

ADECOM significa “Associação de Defesa dos Consumidores de Moçambique” que (presumo) ter por objectivo zelar pela defesa de todos os cidadãos moçambicanos quando estes se encontrem numa situação de injustiça de mercado como comerciantes ou compradores. Porém, é uma Associação que não possui página oficial, muito menos contas nas redes sociais que possam possibilitar a interacção com os cidadãos.

Ora, considerando a lógica de funcionamento da ADECOM, questiono-me o que é que estará a fazer essa Associação aqui no país e para quais fins ela foi criada, bem como, onde e com quem trabalha?

Encontramo-nos numa situação de ingovernabilidade no que diz respeito aos nossos direitos como cidadãos, onde ninguém se pronuncia perante o escalar e adulteração dos

preços dos produtos face ao incremento do preço do dólar.

Aqui ninguém orienta os cidadãos sobre as melhores formas de racionalizar o consumo face à situação actual da depreciação do nosso metical, muito menos da fiscalização dos vendedores que monopolizam a nossa economia definindo os preços ao seu bel-prazer.

Cabe-me recordar que no país temos a lei de Defesa do Consumidor (Lei nº 22/2009 de 28 de Setembro) que é conjugada no nº 1 do artigo 79 da nossa Constituição da República.

Ela (lei) indica que os bens e serviços destinados ao consumo devem ser aptos a satisfazer os fins a que se destinam e produzir os efeitos que se lhes atribui, segundo as normas legalmente estabelecidas ou, na falta delas, de modo adequado as legítimas expectativas do consumidor.

Todos os fornecedores de bens ou serviços devem dar aos consumidores informações claras e objectivas sobre as características, composição e os preços de tudo o que estão comercializando. Os preços deverão ser expressos em moeda local (em meticais), incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Ao consumidor a quem seja fornecida coisa com defeito, salvo se dele

tivesse sido previamente informado e esclarecido antes da celebração do contrato, pode exigir, independentemente de culpa do fornecedor do bem, a reparação da coisa, ou a sua substituição, a redução do preço ou a resolução do contrato.

A obrigação de informar impende também, sobre o produtor, fabricante, importador, distribuidor, embalador e o armazenista, para que cada elo do ciclo “produção-consumo” possa encontrar-se habilitado a cumprir a sua obrigação de informar o elo imediato, até ao consumidor, o destinatário final da informação.

Não quero com isto dizer que a ADECOM seja o único organismo que deve velar pelos nossos direitos, pois, percebe-se que enquanto não se cumprir a lei de Defesa do Consumidor (Lei nº 22/2009 de 28 de Setembro) conjugado no nº 1 do artigo 79 da nossa Constituição da República e esta (ADECOM) continuar a ser apenas (mais) uma Associação, nada vai mudar neste país, pois, o que temos visto é um autêntico atropelo para as normas estabelecidas pela Lei de Defesa do Consumidor, por isso, clamamos pelo socorro perante a actual situação.

# SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE 

Registado sob número 007/RRA/DNI/93  
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

**KOK NAM**  
Director Emérito  
Conselho de Administração:  
Fernando B. de Lima (presidente)  
e Naita Ussene  
Direcção, Redacção e Administração:  
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73  
Telefones:  
(+258)21301737,823171100,  
843171100  
Editor:  
Fernando Gonçalves  
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:  
Francisco Carmona  
(francisco.carmona@mediacoop.co.mz)

Redacção:  
Fernando Manuel, Raúl Senda, Abdul  
Sulemane e Argunaldo Nhamossa

Fotografia:  
Naita Ussene (editor)  
e Iléc Vilanculos  
Colaboradores Permanentes:  
Machado da Graça, Fernando Lima,  
António Cabrita, Carlos Serra,  
Ivone Soares, Luis Guevane, João Mosca,

Paulo Mubalo (Desporto).  
Colaboradores:  
André Catueira (Manica)  
Aunício Silva (Nampula)  
Eugénio Arão (Inhambane)  
António Munaita (Zambézia)  
Maquetização:  
Auscêncio Machavane e  
Hermenegildo Timana.  
Revisão:  
Gervásio Nhalicale  
Publicidade:  
Benvinda Tamele (823282870)  
(benvinda.tamele@mediacoop.co.mz)  
Distribuição:  
Miguel Bila

(824576190 / 840135281)  
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)  
(incluindo via e-mail e PDF)  
Fax: +258 21302402 (Redacção)  
82 3051790 (Publicidade/Directo)  
Delegação da Beira  
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A  
Telefone: (+258) 825 847050821  
savana@mediacoop.co.mz  
Redacção  
admc@mediacoop.co.mz  
Administração  
www.savana.co.mz



# A economia chinesa e a política da Fe

Por Martin Feldstein

O discurso de Janet Yellen de 24 de Setembro, na Universidade de Massachusetts, indicou claramente que ela e a maioria dos membros do Comité Federal de Mercado Aberto (FOMC, na sigla inglesa) da Reserva Federal pretendem subir os juros até ao final de 2015.

Foi particularmente importante ela ter incluído, explicitamente, o seu próprio ponto de vista, ao contrário de quando falou em nome de todo o Comité, após a sua reunião de Setembro. Contudo, dado o historial recente da Fed, de rever a sua posição política, os mercados continuam cépticos sobre a possibilidade de um aumento dos juros este ano.

A Fed vem dizendo há vários meses que subirá os juros quando o mercado de trabalho se aproximar do pleno emprego e quando os membros do FOMC puderem antecipar que a inflação anual chega aos 2%. Embora ambas as condições tenham sido satisfeitas no início de Setembro, o FOMC decidiu deixar os juros inalterados, explicando que estava preocupado com as condições económi-

cas globais e com os acontecimentos na China, em particular.

Não fiquei convencido. Acredita-se, desde há alguns meses, que a Fed devia começar a apertar a política monetária para reduzir os riscos de instabilidade financeira causada pelo comportamento dos investidores e credores em resposta ao período prolongado de taxas de juro excepcionalmente baixas desde a crise financeira de 2008. Os acontecimentos na China não são motivo para adiar essa decisão. Consideremos, em primeiro lugar, as condições económicas internas, começando com a situação do emprego. Quando o FOMC se reuniu, a 16 de Setembro, a taxa de desemprego havia caído para 5,1%, nível que a Fed já havia identificado como pleno emprego. Embora ainda existam pessoas que não conseguem encontrar empregos a tempo inteiro, a Fed defende que baixar a taxa de desemprego para menos de 5,1% poderia provocar aumentos indesejados da inflação.

A situação actual da inflação é mais confusa. Nos últimos 12 meses, a

taxa anual foi de apenas 0,2%, um valor muito aquém da meta de 2% da Fed, e que reflecte a queda acentuada dos preços da energia durante o último ano, no qual a componente de energia do índice de preços do consumidor caiu 13%. A chamada taxa de inflação "core" (que exclui compras de energia) foi de 1,8%. Mesmo esta taxa subestima o impacto da energia na inflação, já que os preços mais baixos dos combustíveis reduzem os custos de transporte, influenciando uma ampla variedade de preços.

A questão é simples: quando os preços da energia pararem de cair, o índice geral de preços irá aumentar cerca de 2%. E a própria previsão mediana dos membros do FOMC coloca a inflação em 1,8% em 2017 e 2% em 2018. Portanto, se a Fed, por qualquer motivo, quis deixar a taxa de juro inalterada, precisava de uma explicação que ultrapassasse as condições económicas nos Estados Unidos. E virou-se para a China, que tinha sido notícia nas últimas semanas. A China reduziu as suas importações

globais, afectando, potencialmente, a procura por exportações dos Estados Unidos.

O mercado accionista chinês caiu acentuadamente, cerca de 40% desde os máximos recentes. E a China desvalorizou abruptamente o yuan, contribuindo potencialmente para reduzir os preços de importação - e, portanto, a inflação - para os EUA. Mas no que respeita ao impacto dos problemas da China na economia dos EUA, este é menor do que possa parecer. A procura de importações da China está a abrandar em linha com a mudança da sua estrutura económica da indústria para os serviços e consumo das famílias. Isto significa que a China precisa de menos minério de ferro e outras matérias-primas que importa da Austrália e América do Sul, e de menos equipamentos industriais, que importa da Alemanha e do Japão. Os Estados Unidos representam apenas 8% das importações chinesas, e as suas exportações para a China representam menos de 1% do PIB. Assim, a queda das importações chinesas terá um impacto limitado no PIB norte-americano. Quanto ao mercado accionista - visto como uma espécie de casino para uma pequena fracção das famílias chinesas - apenas cerca de 6% da população chinesa possui acções. A bolsa chinesa subiu de 2.200 pontos, há um ano, para um máximo de 5.100 pontos em meados do verão, para voltar a cair novamente para os 3.000 pontos. Assim, apesar da queda brusca anunciada massivamente nas notícias, as acções chinesas ainda valem mais 30% do que há um ano. Mais importante ainda, a riqueza e o consumo na China estão estreitamente ligados aos valores imobiliários, e não às acções. Por fim, o recente declínio do yuan face ao dólar foi de apenas 2,5%, de 6,2 para 6,35 - bem abaixo das quedas de dois dígitos do iene japonês, do euro e da libra britânica. Assim,

numa base ponderada pelo comércio global, o yuan encontra-se numa posição substancialmente superior face às divisas com as quais compete.

Mais relevante ainda é que o declínio do yuan e outras moedas no último ano teve um impacto muito pequeno nos preços das importações norte-americanas, porque a China e outros exportadores fixam os preços dos seus produtos em dólares e não os ajustam quando a taxa de câmbio muda. Ainda que os dados oficiais dos Estados Unidos mostrem que os preços das importações caíram 11% nos 12 meses até Agosto, este declínio deve-se, quase inteiramente, à queda dos custos da energia. Quando se excluem os produtos energéticos, os preços das importações caíram apenas 3%.

Assim, a Fed tem razão em dizer que a inflação é baixa por causa da queda acentuada dos preços da energia; mas não precisa de se preocupar com o efeito da desvalorização das moedas dos seus principais parceiros comerciais. E, mais uma vez, quando os preços da energia pararem de cair, a taxa de inflação vai subir perto de 1,8%.

A menos que ocorram mudanças surpreendentes na economia dos EUA, podemos esperar que a Fed comece a subir os juros ainda este ano, como Janet Yellen propôs, e que continue a fazê-lo em 2016 e nos anos seguintes. Só espero que subam o suficiente ao longo dos próximos 18 meses, para evitar a instabilidade financeira e a inflação de mais longo prazo que poderão resultar de um longo período de política monetária excessivamente expansionista.

Martin Feldstein, professor de Economia na Universidade de Harvard e presidente emérito do Departamento Nacional de Investigação Económica nos Estados Unidos, presidiu ao Conselho de Assesores Económicos do presidente Ronald Reagan de 1982 a 1984.

## Os expedientes da chanceler

Por João Carlos Barradas\*

Desespero, divisão e desnorte enleiam a Alemanha e a UE ante as mortes que a invernia vai provocar entre as multidões em busca de refúgio nos países ricos do Norte da Europa.

Uma primeira vaga de convulsões políticas foi motivada pela recusa de estados balcânicos, do centro e Leste da Europa, em aceitarem quotas obrigatórias de acolhimento de refugiados. Violação e colapso de controlos fronteiriços, movimentos desordenados de migrantes não-identificados e não-registados através do Mediterrâneo e Balcãs puseram em causa a liberdade de circulação de pessoas na zona Schengen.

Naufrações, controvérsias sobre bloqueios fronteiriços e a abertura inopinada de Angela Merkel em Agosto para acolhimento irrestrito de refugiados degeneraram em confusão maior quanto a políticas migratórias, respeito pela obrigação de acatar o direito de asilo e acentuaram expectativas ilusórias às portas da Europa rapidamente exploradas por redes de tráfico.

### Wir schaffen das

Das primeiras estimativas apontando para 800 mil pedidos de asilo este ano, revistas em alta para milhão e meio, cedo na Alemanha se passou do celebrado clima de acolhimento de braços abertos a um crescendo de tensão.

As pressões de Berlim sobre húngaros, búlgaros ou polacos fracassaram e o compromisso da UE de repartição voluntária de 120 mil refugiados concentrados, sobretudo, na Grécia e em Itália, ficou longe de aliviar a pressão sobre os países mais directamente afectados pela fuga e tráfico de pessoas via Norte de África e Turquia.

A exclusão de migrantes de zonas tidas por seguras - caso da Albânia,

Macedónia ou Bósnia-Herzegovina - foi o primeiro passo de rectificação em Berlim que não bastou para evitar manifestações xenófobas e racistas, enquanto alastra a contestação à política da chanceler, em particular entre os parceiros sociais-cristãos da Baviera da coligação governamental.

O economicismo estrito e equívoco (emigrantes jovens capazes de dinamizar a prazo uma economia carente de mão-de-obra, independentemente de efeitos imediatos de contracção dos salários mais baixos e custos de adaptação da fracção não-empregável) para justificar um imperativo ético de ajuda a refugiados invocado por Merkel claudicou às primeiras chuvas de Outono.

O "nós conseguimos" gerir esta crise da chanceler dificilmente convence o eleitorado alemão e, numa fuga para a frente, Merkel arrasta agora a UE num expediente condenado ao fracasso.

### A cartada turca

Num repente, a chanceler prometeu deixar cair as generalizadas objecções dos partidos alemães a uma adesão da Turquia à UE, partilhadas noutros estados como a França ou a Áustria, e, em nome dos parceiros europeus, fez promessas muito pouco críveis.

Ao encontrar-se com o primeiro-ministro, Recep Erdogan, e o primeiro-ministro, Ahmet Davutoglu, - empenhados nas eleições de 1 de Novembro para recuperar a maioria absoluta perdida pelo Partido Justiça e Desenvolvimento na votação de Junho após 13 anos de governação -, Merkel anunciou a intenção de a UE isentar de vistos cidadãos turcos na área Schengen.

Relançar as negociações de adesão - pedido aceite em 1999, arrastando-se as conversações desde Outubro de 2005 - foi também promessa de

Merkel, ignorando os constrangimentos colocados desde logo pela divisão de Chipre.

A chefe do governo alemão admitiu, igualmente, sem especificar as fontes de financiamento e programas em causa, desbloquear cerca de 3 mil milhões de euros para a UE apoiar refugiados na Turquia que contabiliza em mais de 8 mil milhões de euros os custos já incorridos com o acolhimento aos foragidos da guerra na Síria.

### No limbo

Cidadãos não-europeus não são abrangidos na Turquia pelos termos da Convenção da ONU de 1951 e quedam-se num limbo de tolerância intermitente e temporária no acesso ao mercado de trabalho, educação, assistência social ou serviços de saúde. Para cerca de dois milhões de refugiados na Turquia, essencialmente oriundos da Síria e menor escala do Iraque e Afeganistão, a migração para a UE é preferível a um estatuto desqualificado num país em que os inquéritos de opinião constatarem a crescente hostilidade da maioria da população à chegada de foragidos às guerras da vizinhança.

É uma quimera esperar que a Turquia, envolvida directamente nos conflitos da Síria e Iraque, desde logo para conter o separatismo curdo e sustentar comunidades turcomenas, possa servir indefinidamente de estado-tampão às migrações e fugas das guerras do Médio Oriente ao Hindu Kush.

Sem norte e impotente face às intratáveis crises do Médio Oriente e do Magrebe, a UE revela-se cada vez mais incapaz de delinear e concretizar estratégias e remete-se aos expedientes.

\*Jornalista



Email: carlosserra\_maputo@yahoo.com  
Portal: http://www.oficinadesociologia.blogspot.com

447

## Crise

Surge um fenómeno que se afaste do nosso imenso amor pela simetria, logo emitimos a sentença de que estamos perante uma crise. Crise representa uma espécie profana de fim do mundo. Por exemplo, se num partido surge uma opinião contrária ou se ocorre um cisma, imediatamente afirmamos que chegou o fim do partido, imagem figurada do fim do mundo. Uma crise é como um cancro.

É profunda a nossa idealização do estável, do imutável. A crise, quer dizer, a crise que achamos que existe, a crise por nós injectada nos fenómenos, tem um duplo aspecto moral: é ao mesmo tempo o que não desejamos que seja e o que desejamos que seja. O nosso apego ao Mesmo, ao Uniforme, leva-nos a recusar o que surge como Diferença, como Descaminho nos roteiros das nossas vidas e dos processos sociais.





## A TALHE DE FOICE

Por Machado da Graça

# Do que falar?

Desde que o jornalismo é jornalismo que isto vem acontecendo. O cronista regular chega à data do fecho do jornal e não tem tema para a sua crónica. É o que me está a acontecer hoje.

Na última semana o Governo, através das suas forças fardadas ou vestidas à civil (com coletes anti-bala) não tentaram matar Afonso Dhlakama.

Igualmente não tenho conhecimento de que se tenha endividado, ainda mais, para comprar uma frota de pesca ao bacalhau. Que eu saiba só andam a tentar apanhar um tubarão assassino (ou esfomeado?) em Inhambane, até onde sei sem grande sucesso.

É verdade que temos o Ministro da Defesa na China a comprar mais armas para este nosso país que dizem estar em Paz, e o Eng. Nyusi garante que vai manter em Paz. Para que servem então todas as armas que estão a ser compradas? Para dar ao Gonçalo Mabunda e ele transformar em obras de arte. É o apoio do Governo à Cultura. Para que mais havia de ser?

É claro que se pode falar de outras coisas que não são política. Por exemplo do enterro do Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano no quintal de um hotel chinês. Mas isso não

é política. Ou será que é?

O pão subiu e muitas outras coisas estão a subir (não, não falo dos salários...) mas dizem-nos para não nos preocuparmos. Para tratar desse tipo de assuntos temos a nossa FIR e a essa não faltam armas e equipamentos. É verdade que a Polícia de Investigação Criminal não tem meios e é, sem dúvida, por isso que não resolveu nenhum dos casos criminais de impacto social desde o assassinato de Siba Siba Macuácuca. Mas também, que diabo, o que são 14 anos na nossa História?

E há mesmo coisas de que nos podemos orgulhar. Ao contrário do que dizem os famosos Profetas da Desgraça, nós não andamos sempre a reboque da política angolana. Agora foram eles a copiar-nos: criaram o seu próprio G40. Só que lá, como têm diamantes (o petróleo está em crise...) sempre podem atribuir instalações e salários e ter chefe de nomeação presidencial. Entre nós há quem se divida entre a inveja e a esperança de ser contratado por Luanda como assessor. Já devem estar a enviar currícula...

Enfim, não sei do que falar. Mas como o chefe de redacção deve estar a telefonar perguntando pela crónica vou-lhe mandar estes desabafos. Pode ser que pegue...

## RELATIVIZANDO

Por Ericino de Salema

# Reconhecer a LAMBDA deve ser prioridade!

O ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Abdurremane de Almeida, disse, a 14 do corrente mês, que o reconhecimento da Associação das Minorias Sexuais (LAMBDA), cujo processo foi submetido ao Governo há pouco mais de oito anos, “não é prioridade”, tendo frisado, num tom quanto a nós desrespeitoso, que “podem fazer o que quiserem, desde que não cometam crimes”. Como que a dar substância à dita “não prioridade”, Abdurremane de Almeida acrescentou: “Simplesmente, o Governo não definiu como prioridade tomar conta da vida dos homossexuais; eles podem fazer o que quiserem, desde que não pisem na linha vermelha, cometendo crimes”.

Achamos, no mínimo, “interessantes” as declarações de Abdurremane de Almeida por um conjunto de razões, de entre as quais iremos, nas linhas que se seguem, destacar algumas.

O acima registado foi dito por um cidadão que é parte de um Governo cujo chefe, o Presidente da República (PR), jurou, por imperativos constitucionais, respeitar e proteger os direitos humanos. Teoricamente, Abdurremane é titular de um pelouro “mais reforçado” que o que nos habituara: não é só Ministério da Justiça, mas também de Assuntos Constitucionais e Religiosos: Ele, que é uma espécie de guardião da Constituição da República de Moçambique (CRM) ao nível do Conselho de Ministros, pelo menos, é suposto ter sempre presente que a liberdade de associação é um direito fundamental em Moçambique (artigo 52 da CRM).

A CRM diz-nos, de forma expressa, que tipo de associações são proibidas em Moçambique, designadamente no número 3 do seu artigo 52: “São proibidas as associações armadas do tipo militar ou paramilitar e as que promovam a violência, o racismo, a xenofobia ou que prossigam fins contrários à lei”.

Por outro lado, o ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos é suposto ter presente que o cumprimento escrupuloso da lei é não só prioritário, como obrigatório, sobretudo para um Governo. Estabelece a Lei das Associações (Lei número 08/91, de 18 de Julho) que “O despacho de reconhecimento [das associações] deve ser proferido num prazo de quarenta e cinco dias e será publicado no Boletim da República, bem como os respectivos estatutos” (número 2 do artigo 5).

No momento em que Abdurremane de Almeida confessa que, afinal, uma associação só é reconhecida se o seu objecto estiver nas prioridades do Governo, e não conforme a CRM e a lei, passam já mais de oito anos

de silêncio do Governo quanto ao reconhecimento da LAMBDA, o que é o mesmo que dizer que passam já mais de 2.900 dias, um período superior, em mais de 64 vezes, ao que a lei estabelece como prazo legal.

Se o reconhecimento da LAMBDA não é prioridade para o Governo, terá sido por descuido que um Parlamento dominado pelo mesmo partido [a Frelimo] tenha aprovado uma lei, depois promulgada pelo então presidente do mesmo (Armando Guebuza), nomeadamente a Lei do Trabalho, que preconiza que a interpretação da mesma deve ter em conta “...a não discriminação em razão da orientação sexual, raça ou de se ser portador de HIV/SIDA” (número 1 do artigo 4)? Abdurremane de Almeida é suposto saber que as associações são, em bom rigor, uma forma de os cidadãos, de uma forma organizada, defenderem os seus direitos e interesses. E com quem dialogará o Governo, com economicidade e eficácia, se, de repente, por exemplo, um número considerável de cidadãos com orientação sexual diversa da maioria ver violados os seus direitos laborais? E a orientação sexual é, na verdade, um dos substratos do constitucional princípio da universalidade e da igualdade, encaixando, perfeitamente, na enumeração exemplificativa que o legislador constituinte fez inserir no artigo 35 da CRM.

Aos que se juntaram para criar a LAMBDA, em particular, temos um conselho: recorrer ao Tribunal Administrativo, em defesa da liberdade de associação como direito fundamental, pois mais de 2.900 dias à espera, quando a lei fixa 45 como prazo, é por demais. Isso porque estamos, materialmente – e o ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos já deu uma prova inequívoca disso! – em face de uma situação de indeferimento tácito, quando a lei reza que “A recusa do reconhecimento só poderá ser feita por despacho devidamente fundamentado, do qual caberá recurso para o Tribunal Administrativo no prazo de quinze dias a contar da data da sua notificação” (número 3 do artigo 5 da Lei das Associações).

Termino um pouco a brincar, mas a sério: no dia que se fixar, por lei, que todas as cidadãs e todos os cidadãos são obrigados a ter uma ou outra orientação sexual, que não seja a da sua escolha livre, serei, talvez, o primeiro a ir à rua me manifestar. Mas enquanto tudo se mantiver disponível à liberdade de cada um, não vejo o porquê de se negar um direito fundamental com recurso, por omissão, a todo o tipo de argumentos, todos eles contrários à lei.



## SACO AZUL

Por Luís Guevane

# Mar brando

Ainda que o desejo de paz continue a esconder-se na ironia dos discursos políticos (que a promovem) é de crer que o ambiente político stressante tenha, em si mesmo, refreado. Os ânimos das campanhas radiofónicas carregadas de negatividade, ou seja, diabolizadoras e expressando níveis de ódio “encomendado” também entraram em modo de pausa. O sensacionalismo dos jornais parece buscar agora novas fontes de alimentação, novas formas de colher do público as palmas e a admiração que anseiam continuar a conquistar.

Há muita calma entre os cidadãos, o que não significa necessariamente que haja muita paz. A percepção é a de que os níveis de esperança começaram a ganhar, com certa segurança, alguma ascendên-

cia que vai sendo significativa à medida que o tempo passa. Muito mais do que isso, há no ar a sensação de uma espécie de letargia relativamente à (re)solução dos problemas políticos que pesam sobre o país. Provavelmente, fora do domínio público, esteja já a acontecer o “verdadeiro debate” entre as partes que durante estes anos todos posicionaram-se como verdadeiros decisores da paz em Moçambique, colocando milhões de moçambicanos reféns desse entendimento. O povo pode ser considerado como o grande decisor da paz se olharmos para o tamanho populacional. Ou seja, os milhões e milhões de moçambicanos estão numericamente em posição irrefutavelmente esmagadora relativamente ao efectivo de políticos e respectivos partidos. Porém, estes últimos, dados como representantes do povo partilham entre si o poder “oferecido” pelos seus com-

patriotas. Tecnicamente, tornam-se nos verdadeiros decisores da paz em Moçambique. Agora que os ânimos dos políticos baixaram, tornando-os cada vez mais dados à paz e à concórdia, mais dados a agirem como verdadeiros representantes do povo e não de interesses de grupos ou sub-grupos, é tempo de esquecer os sapos engolidos por ambos os lados e enfatizar a paz. Não é a melhor altura, esta, para nos preocuparmos com a “lista” que de boca em boca anda no povo; lista dos que muito bem falam e falaram da paz, mas que em contrapartida, quando tiraram a máscara transformam-se em verdadeiras máquinas de ódio e de guerra, verdadeiros “ironizadores” da paz.

*Cá entre nós: neste ambiente político supostamente calmo, como mar que nunca pare-*

*ceu bravo, é preciso repensarmos na honestidade de quem muitas vezes está aqui e acolá em posição cimeira na decisão dos destinos do país. A questão da honestidade, seriedade, ...pode ter estado na génese de toda a trama que caracterizou e continua a caracterizar o nosso ambiente político. A nossa máquina eleitoral deve aprimorar-se de tal modo que inspire confiança aos eleitores. Não pode haver confusão antes, durante e depois de um processo eleitoral que se publicita como justo, isento e transparente. Os resultados eleitorais não podem ser impostos ou reclamados tendo como denominador comum a força das armas. Senão, os que não tiverem armas estarão sempre na posição de derrotados.*









**COMUNICADO**

O Programa de Apoio aos Actores Não Estatais – PAANE gostaria através do presente comunicado agradecer a todas as Organizações da Sociedade Civil que se dignaram apresentar propostas no âmbito do Mecanismo de Resposta a Procura (MRP).

Importa salientar, que desde a sua abertura em Setembro 2014 foram recebidas mais de cento e setenta propostas de projectos. Neste contexto, o Mecanismo permitiu financiar projectos que correspondem ao total dos fundos disponíveis na programação do PAANE.

Assim, o Programa de Apoio aos Actores Não Estatais – PAANE vem por este meio comunicar a todos os interessados que o financiamento através do Mecanismo de Resposta a Procura será encerrado definitivamente a partir da data de publicação deste anúncio.

Deste modo, informamos que as propostas a serem recebidas após esta data não poderão ser analisadas.

Agradecemos igualmente a todas as organizações pelo grande interesse demonstrado nesta iniciativa e pela valiosa contribuição para realização dos objectivos do PAANE.

Para mais informações, queira por favor contactar-nos através do [info@paane.co.mz](mailto:info@paane.co.mz) ou 21 48 57 46. Encorajamos a consulta regular do website do Programa ([www.paane.co.mz](http://www.paane.co.mz)) a fim de aceder a informação sempre actualizada.

Maputo, 19 de Outubro de 2015



Leone Tarabusi  
Chefe da Equipa de Assistência Técnica



**PROGRAMA DE APOIO AOS ACTORES NÃO ESTATAIS** *Este Programa é financiado pela União Europeia*

Gabinete do Ordenador Nacional  
Av. Julius Nyerere N° 14  
MAPUTO - MOÇAMBIQUE

Telefone: (258,21) 48 57 46  
E-mail: [info@paane.co.mz](mailto:info@paane.co.mz)  
Website: [www.paane.co.mz](http://www.paane.co.mz)

## Diabetes tipo 2 curado em 90 dias



Jacurama medicinal, Tem poder de baixar o níveis de açúcar no sangue, regula a produção de glicose, ajuda diminuir o nível de colesterol e finalmente em poucos meses o seu nível de açúcar no sangue terá um normal equilíbrio para sempre! Absolutamente vai lhe servir por apenas 1700!!

**Liga agora para**  
+258842417091  
+25882822221  
Email: [doctor.mpande@gmail.com](mailto:doctor.mpande@gmail.com)





**provedor do CLIENTE**

**82 5456520 / 84 0370268**  
[provedor.cliente@edm.co.mz](mailto:provedor.cliente@edm.co.mz)

Ajuda-o a encontrar soluções adequadas ao seu caso quando:

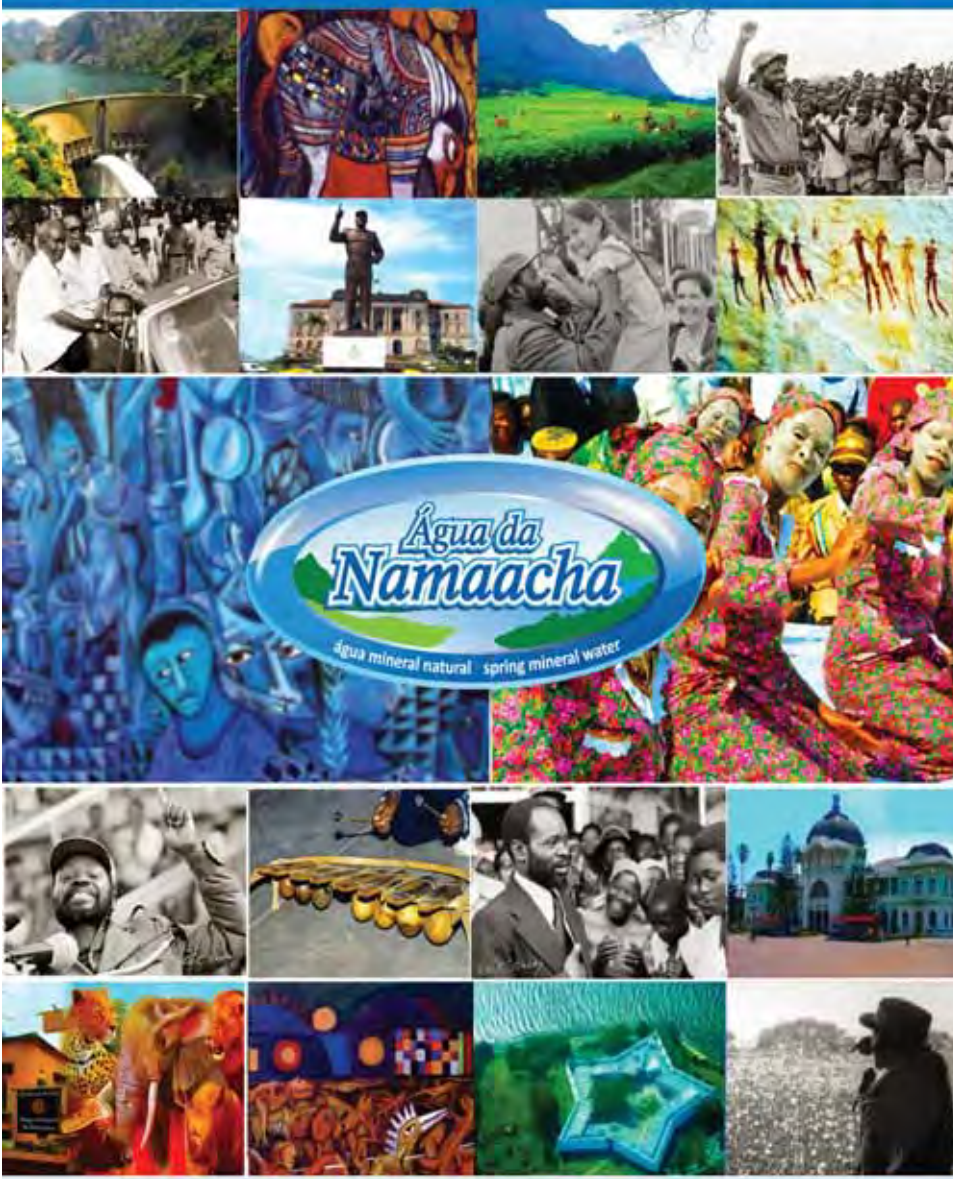

- Tiver recebido uma resposta da EDM com a qual não está satisfeito.
- Não ter ainda recebido qualquer resposta da EDM.



ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P

com energia construímos futuro

# ÁGUA DE MOÇAMBIQUE

água mineral natural spring mineral water



**Assinaturas do Jornal**

A partir de 15 de Outubro de 2015

DESTINO	PERÍODO		
	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
TODO O PAÍS	700,00mt USD 20,00	1.300,00mt USD 35,00	2.500,00mt USD 65,00
PAÍSES DA SADC	USD 50,00	USD 100,00	USD 200,00
RESTO DO MUNDO	USD 75,00	USD 150,00	USD 300,00
VIA E-MAIL	700,00mt USD 20,00	1.300,00mt USD 35,00	2.500,00mt USD 65,00

Cada período é renovável em qualquer altura do ano.  
Entrega ao domicílio em Maputo e Beira.  
Aceitamos propostas para novos agentes, distribuidores e angariadores de assinaturas.

**Para mais informações contacte:**  
 Miguel Bila- 82 4576190/84 0135281([miguel.bila@mediacoop.co.mz](mailto:miguel.bila@mediacoop.co.mz))  
 António Moiane-822873060 ou Danilo Matsimbe-827356980  
[admc@mediacoop.co.mz](mailto:admc@mediacoop.co.mz) Tels: 21327631, 21301737  
 Cells: 82 3171100, 84 3171100 ou 87 3171100



CHAN-2016

# Mano-Mano com a corda no pescoço

Por Abílio Maolela

**A** selecção nacional de futebol joga, este domingo, no Estádio da Machava, em Maputo, diante da sua congénere da Zâmbia, a última cartada rumo ao CHAN-2016, a disputar-se no Ruanda, uma partida que pode decidir o futuro do futebol nacional para os próximos anos.

O facto é que o CAN interno é visto como sendo a competição do nosso nível, de um lado, e de salvacão, por outro lado, tendo em conta que as possibilidades de estar no CAN-2017 são remotas.

A confirmar-se a desqualificação dos "Mambas" para o CAN-2016, estará iminente o divórcio entre a Federação Moçambicana de Futebol (FMF) e o jovem técnico Hélder Muianga, Mano-Mano.

Mano-Mano, que assumiu interinamente o comando da selecção nacional, em Junho último, após a demissão do seu chefe, João Chissano, regista duas vitórias e duas derrotas em frente ao cominado nacional, em quatro jogos realizados.

Estreou-se com uma vitória de 5-1 diante das Ilhas Seychelles, na Beira, duas semanas antes de golear o mesmo em sua casa por 4-0.

Entretanto, a sua competência seria colocada em causa, quando perdeu nas Maurícias por 1-0, em jogo da segunda jornada das qualificações ao CAN-2017, resultado que coloca a nossa selecção com um pé fora da competição.

Aliás, a sua competência foi colocada em causa a partir da convocatória para aquele jogo, quando excluiu Simão Mathe (que há um ano não é convocado), o jovem Rony Marcos (que tinha feito boa exibição no jogo contra o Ruanda) e resgatou Miro, que já não reúne consenso nos amentes da selecção nacional.

Um mês depois, veio o "desaire" de Ndola, em que o jogo moçambicano valeu pelos 75 minutos, pois os seus últimos minutos (15) foram desastrosos (três golos).

Por outro lado, a possível eliminação dos "Mambas" do CHAN-2016 apresenta-se como bata quente ao presidente da FMF, Alberto Simango Jr., que na sua candidatura prometeu colocar a nossa selecção nas edições finais do CHAN, CAN e lutar por uma presença no mundial de futebol (2018).

Embora falte lutar por um lugar no próximo Campeonato do Mundo (Rússia-2018), o facto é que Simango já perdeu lugar no CAN-2017 (entrou faltando cinco jornadas para o fim das qualificações e, em um jogo, foi eliminado); pode perder o CHAN-2016 e ainda tem uma difícil missão de eliminar o Gabão, em Novembro, na caminhada rumo à Rússia.

Caso a desqualificação ao CAN interno-2016 seja confirmada e a presença na Rússia seja falhada, Moçambique fica condenado de lutar por uma competição oficial (africana ou mundial) por um pe-

ríodo um ano e meio, até as qualificações do CAN interno-2018 e CAN-2019, ano em que termina o seu mandato.

Ou seja, nos seus primeiros dois anos de mandato, Simango pode fazer cinco jogos "a sério" e os restantes quatro (caminhada ao CAN-2017) de cumprimento de calendário.

## Zâmbia: o carrasco dos "Mambas"

Por forma a evitar mais um desastre no nosso futebol, os comandados de Mano-Mano e capitanea-

dos por Momed Haggy têm a difícil missão de inverter o desfavorável 3-0, que trazem de Ndola.

Para tal e como sempre, Mano-Mano promete uma equipa ofensiva e aponta o factor casa como sendo determinante para o alcance dos objectivos.

Entretanto, as visitas zambianas ao solo pátrio guardam más recordações. Em Novembro do ano passado, durante as qualificações ao CAN-2015, que se disputou em Janeiro último, na Guiné-Equatorial, os "Chipolopolo" venceram por uma bola a zero, em pleno Es-

tádio do Zimpeto, perante cerca de 42 mil espectadores, dos quais o actual Presidente da República, Filipe Nyusi.

Em 2011, na corrida ao CAN-2012, co-organizado pelo Guiné-Equatorial e Gabão, a selecção nacional perdeu por 2-0, no mítico Estádio da Machava, palco do próximo jogo.

Aliás, vencer a Zâmbia é sonho de qualquer moçambicano. O facto é que na história dos confrontos directos das duas selecções, Moçambique leva 16 derrotas, três empates e ainda não venceu.



Os resultados dos "Mambas" colocam Mano-Mano em apuros

Atletismo paralímpico

## Falta de comunicação coloca Maria Muchavo fora dos mundiais

Por Abílio Maolela

**A** porta-bandeira do atletismo paralímpico moçambicano, Maria Muchavo, da categoria T-12, faliu a sua participação nos **Campeonatos Mundiais de Atletismo do Comité Paralímpico Internacional (ITC), que tem lugar, desde a última quinta-feira até 31 do mês em curso em Doha, capital do Qatar.**

O facto, que também afecta outro atleta, Pita Rondão, também da categoria T-12, deveu-se à falta de visto de entrada no Qatar, que lhes foi negado no acto da acreditação, por razões burocráticas, segundo Jorge

Bai-Bai, presidente da Federação Moçambicana do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência (FMDD).

Segundo Jorge Bai-Bai, a sua instituição enviou os passaportes a Doha, em Junho último, durante a pré-inscrição, entretanto, a organização recusaria a entrada destes atletas a 04 de Outubro, porque os passaportes destes expiram em Março próximo, prazo inferior a seis meses, como mandam as normas migratórias do Qatar.

Na sua resposta, o Comité Organizador dos Mundiais de Doha solicitava o envio de novos passaportes até 08 de Outubro, porém os mesmos só estariam prontos um dia

depois do prazo (09 de Outubro), tempo suficiente para as autoridades migratórias do Qatar recusarem a entrada destes atletas.

Jorge Bai-Bai diz que houve "falta de coordenação" entre as duas instituições responsáveis pelo desporto paralímpico (FMDD e Comité Paralímpico de Moçambique), pois se as mesmas tivessem estado sincronizadas, este lapso não teria sido cometido.

Os Campeonatos Mundiais de Doha servem também de apuramento para os Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro, que terão lugar no próximo ano, pelo que o SAVANA quis saber se a ausência da Maria Muchavo não compromete

a participação dela nesse evento, ao que Bai-Bai respondeu:

"A FMDD vai fazer de tudo para que ela esteja no Rio de Janeiro no próximo ano. Gostávamos que ela participasse neste evento, mas ainda há tempo para ela lutar por um lugar nos Paralímpicos".

Maria Muchavo é a atleta mais medalhada do atletismo paralímpico moçambicano, destacando-se medalhas de prata (duas) e uma de bronze, nos Jogos Africanos; uma prata nos Jogos da Commonwealth.

A presidente do Comité Paralímpico de Moçambique, Farida Gulamo, diz que a informação chegou tarde, o que não permitiu que a sua

instituição legalizasse a deslocação da atleta.

Com esta ausência, Moçambique será representado por cinco atletas, nomeadamente Guildo Zacarias, na categoria de T-13, Hilário Chavela (T-12) e Emílio Chirindza (T-36), Denise das Dívidas (T-13) e Edmilsa Governo (T-12).

Aliás, é na Edmilsa Governo que reinam as esperanças moçambicanas de conquistar uma medalha nesta competição, assim como de marcar presença no próxima edição dos Jogos Paralímpicos, Rio-2016.





### Plano de Restrições - Província de Maputo

A Electricidade de Moçambique, E.P. tem vindo a efectuar restrições no fornecimento de energia eléctrica, na sequência da avaria da Subestação da Matola, enquanto prosseguem esforços imensuráveis visando a reposição do fornecimento normal de energia eléctrica.

Para a permitir que os clientes estejam informados, a EDM divulga na tabela abaixo, o Plano de Restrições do Fornecimento de energia eléctrica.

Período	Domingo	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
18:00 às 22:00	Moamba Changalane Inhaca Lusalite Tsalala	Machava Zona Industrial da Machava Inhaca Patrice Lumumba T-3	Tchumene II Socimol	Tchumene I Fomento Khongolote	Moamba Infulene Ponta D'Ouro	Patrice Lumumba T-3	Machava Lingamo Namaacha

com energia construímos futuro



### Plano de Restrições - Xai-Xai

A Electricidade de Moçambique, E.P. tem vindo a efectuar restrições no fornecimento de energia eléctrica, na sequência da avaria da Subestação da Matola, enquanto prosseguem esforços imensuráveis visando a reposição do fornecimento normal de energia eléctrica.

Para a permitir que os clientes estejam informados, a EDM divulga na tabela abaixo, o Plano de Restrições do Fornecimento de energia eléctrica.

Período	Domingo	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
18:00 às 22:00	Baixa da Cidade Marien Ngouabi Bairro 4 Inhacissa	Patrice Lumumba Chicumbane OMM Zongoene Regadio do Baixo Limpopo	Bairro 5 Inhacissa Patrice Lumumba Chipenhe Chissano Chimondzo Macia	Marien Ngouabi Bairro 4 Inhacissa Chinunguine Maciene Zona da Praia	Município de Chibuto Mukotsene Município de Manjacaze Nwajahane Macuacua	Maciene Nhamavila Chizavane Chidenguele Zandamela Chissibuca Município de Manjacaze Nwajahane Macuacua	Patrice Lumumba Regadio do Baixo Limpopo Machelene 3 de Fevereiro

com energia construímos futuro



### Plano de Restrições - Cidade de Maputo

A Electricidade de Moçambique, E.P. tem vindo a efectuar restrições no fornecimento de energia eléctrica, na sequência da avaria da Subestação da Matola, enquanto prosseguem esforços imensuráveis visando a reposição do fornecimento normal de energia eléctrica.

Para a permitir que os clientes estejam informados, a EDM divulga na tabela abaixo, o Plano de Restrições do Fornecimento de energia eléctrica.

Período	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
08:00 às 17:00	Ruas da Imprensa, Ngungunhane, Avenidas Mártires de Inhacissa, Filipe Samuel Magaia, 25 de Setembro e Zedequias Manganhela	Avenidas Albert Luthuli, Maguane, Amílcar Cabral, 24 de Julho, Karl Marx e Ho Chi Min	Avenidas Joe Slovo, Vladimir Lenine, Ho Chi Min, Samora Machel e 25 de Setembro	Ruas da Imprensa, Ngungunhane, Avenidas Mártires de Inhacissa, Filipe Samuel Magaia, 25 de Setembro e Zedequias Manganhela	Avenidas Albert Luthuli, Maguane, Amílcar Cabral, 24 de Julho, Karl Marx e Ho Chi Min	Rua Ngungunhane, Avenidas Mártires de Inhacissa, Filipe Samuel Magaia, Zedequias Manganhela e Rua de Imprensa
08:00 às 17:00	Avenidas 24 de Julho, Vladimir Lenine, Ahmed Sekou Touré, Eduardo Mondlane e Olof Palm	Ruas da Imprensa, Ngungunhane; Avenidas 10 de Novembro, Rua Obadias Belmiro Muianga e Av. 25 de Setembro	Av. Zedequias Manganhela, Rua Belmiro Obadias Muianga, Av. 10 de Novembro, Rua Ngungunhane e Rua da Imprensa	Avenidas 24 de Julho, Vladimir Lenine, Ahmed Sekou Touré, Eduardo Mondlane e Olof Palm	Ruas da Imprensa, Ngungunhane, Av. 10 de Novembro, Rua Obadias Belmiro Muianga e Av. 25 de Setembro	

com energia construímos futuro



### Plano de Restrições - Inhambane

A Electricidade de Moçambique, E.P. tem vindo a efectuar restrições no fornecimento de energia eléctrica, na sequência da avaria da Subestação da Matola, enquanto prosseguem esforços imensuráveis visando a reposição do fornecimento normal de energia eléctrica.

Para a permitir que os clientes estejam informados, a EDM divulga na tabela abaixo, o Plano de Restrições do Fornecimento de energia eléctrica.

Período	Domingo	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
18:00 às 22:00	Morrumbene Massingir Funhalouro Homoine	Morrumbene Massingir Funhalouro Homoine	CFM - Inhambane Aeroporto - Inhambane Chicique velho - Maxixe Missão Chambone - Maxixe Sarene 1 Chicique novo - Maxixe PT praça - Maxixe Nhambua à Mongwe - Maxixe Jangamo a Ligogo - Inhambane Inharrime - Inhambane Cinema - Inhambane	Chambone 1 Guiúia - Inhambane Macupul - Maxixe Wenela - Maxixe Escola Nova - Maxixe Santarém - Inhambane Tofo - Inhambane Cruzamento Chicique à Manhala - Maxixe Sarene 3 Chambone 4 - Maxixe	Morrumbene Massingir Funhalouro Homoine	CFM - Inhambane Aeroporto - Inhambane Chicique velho - Maxixe Missão Chambone - Maxixe Sarene 1 Chicique novo - Maxixe PT praça - Maxixe Nhambua à Mongwe - Maxixe Jangamo a Ligogo - Inhambane Inharrime - Inhambane Cinema - Inhambane	Chambone 1 Guiúia - Inhambane Macupul - Maxixe Wenela - Maxixe Escola Nova - Maxixe Santarém - Inhambane Tofo - Inhambane Cruzamento Chicique à Manhala - Maxixe Sarene 3 Chambone 4 - Maxixe

com energia construímos futuro



Xadrique Mucavele (1955-2015)

## Homem simples, grande artista

O músico José Mucassane Mucavele, carinhosamente conhecido e tratado pelo pseudónimo Xadrique Mucavele, perdeu a vida na noite do dia 16 de Outubro, no Hospital Central de Maputo, vítima de doença. Xadrique nasceu a 6 de Setembro de 1955, na cidade Cidade de Maputo, deixa viúva e onze filhos. Iniciou a sua carreira artística na década de 70. “O desaparecimento físico deste músico deixa um grande vazio na arena musical moçambicana. Principalmente para as bandas que sempre tiveram como os seus alicerces a reinvenção de temas dos artistas de proa como é o Xadrique Mucavele. Nós como banda Xitende sempre tivemos esse dever de interpretar músicas dos artistas da velha guarda. Este artista sempre compôs temas independentemente da língua. Essa era a versatilidade. A nossa banda decidiu, depois do conhecimento desta perda, trabalhar nos temas deste artista como forma de preservar o seu legado”, disse Jorge, baterista da banda Xitende.

Xadrique cantou e encantou com a música ximbomane que fez vibrar multidões. Xadrique cantou a opressão colonial, cantou “Mamana Teresinha”, cantou saudades com a música “Mwana Matondori”, cantou o dia-a-dia do labutar dos moçambicanos. Xadrique lançou dois álbuns e iria lançar o seu terceiro álbum no dia 29 de Outubro corrente, preenchendo assim uma das páginas mais belas da

sua carreira artística. “A música Ximbomane é um clássico da música moçambicana. Retratou o período de opressão colonial e pós independência. Outros temas deste artista também se tornaram referência pela sua actualidade. Era essa parte que fazia do Xadrique um artista contemporâneo. Sabia enquadrar os seus temas a um período de vivência dos moçambicanos. Esses temas chegaram a ultrapassar esses períodos até a actualidade”, realça o saxofonista Matchote.

Xadrique foi um artista que se formou a partir do nada, usando a sua voz como o seu principal instrumento, cantando nos bailes e espectáculos acompanhado por diversos agrupamentos musicais, destacando-se os grupos musicais RM e Omba Mo, aprimorando cada vez mais em cada momento a sua voz, que viria a se tornar uma das vozes mais escutadas de Moçambique. “A forma como este artista compunha os seus temas fez com que ocupasse um lugar preponderante na música moçambicana. A sua voz fazia com que os temas estivessem carregados de um suporte rítmico que tornava os seus temas únicos. Ele conseguia brincar com frases simples que com a sua maneira de compor tornava os temas fortes. Essa parte é que fazia do Xadrique um grande artista. Por isso, na construção do nosso belo Moçambique, a história do desenvolvimento das artes e cultura não pode, de forma alguma, ignorar este nome”, finaliza guitarrista Juma. A.S



Xadrique Mucavele ia lançar este ano um disco com as suas melhores músicas

## Mafalala prepara museu comunitário

A Associação IVERCA – Turismo, Cultura e Meio Ambiente, participou no V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, que teve lugar na cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, no Brasil, de 14 a

17 de Outubro de 2015.

A IVERCA foi representada pelo respectivo presidente, Ivan Laranjeira, que falou do projecto de construção do museu comunitário num dos mais emblemáticos bairros suburbanos de

66 MATCHOTE

Por Luís Carlos Patraquim

## A parte incerta

Estar em parte incerta é o novo sintagma em uso. Significa que alguém sabe que existimos mas que nos ocultámos, algures, na parte incerta. Ela é o novo lugar, mais do que um não-lugar. Não se lhe pode é conhecer o espírito, o espírito do lugar, como escreveu Michel Butor.

Temo que comecemos todos a dirigirmo-nos para lá, tantos são os discursos e as inevitabilidades que esta espécie de nova ordem inventa e impõe como única receita. Os Nómadas que se deslocam sempre à procura da manhã mais propícia, apegados à agoridade do lugar onde por algum tempo se demoram, são os mais livres de entre nós. Porque a sua parte é sempre certa, aquela, a escolhida, em diálogo com as estações e os alimentos da terra.

Ilusoriamente sedentários, a parte incerta é a nossa orografia do espírito, subjogado às contingências da vida material, do story-telling político, do conveniente dispositivo identitário – mais a serviço de... do que gramática interior, nossa –, não obstante nos seja difícil definir os contornos disso tudo.

O texto e a literatura com ele, sua estrutura e suporte mais substantivo, estabelece uma toponímia simbólica dos nomes, do presente-futuro e do passado-presente. Ele é a pulsão maior que resiste à distopia que nos impõem, às verdades de circunstância resvalando para o abismo da sua mentira, lá onde o medo nos espera. O mito não suporta esta mobilidade significante, esse “nada que é tudo” de onde derivam as narrativas fundacionais, a ficção das origens, a conveniência das interpretações e a sua exegese. Quando algo falha neste dispositivo peregrinamos para a parte incerta. O agasalho da sua angústia talvez ainda nos proteja dos batedores solícitos que nos procuram, dos implacáveis pisteiros de todos os trilhos, mesmo dos mais subjectivos, aqueles que só a nós compete descobrir.

Pudéssemos estar à janela de nós observando o tumulto. Pudéssemos dizer, com Llorca, “Quando eu morrer deixem a janela aberta”. Mas a parte incerta cerca-nos. Em Moçambique é notícia, dá confrontos violentos, constitui-se como a impossibilidade de construção do Político e da Cidadania. Em que lugar da nossa impotência, ou in-vontade, ou baralhação de interesses, inconciliáveis para alguns, se esconde essa parte incerta, capaz de nos fazer perdemo-nos nela?

A parte incerta é um eufemismo. Não me interessa agora a sua génese, no nosso discurso mediático. Nem faço a defesa de partidos armados. Importa-me o eufemismo e o disfemismo com que balizamos, velamos, a realidade. Ele há muitos. Na televisão angolana, por exemplo, a greve de fome de Luaty Beirão foi classificada como “uma relação diferente com os alimentos” que teria sido adoptada pelo preso.

O anjo da história, magnífica imagem e reflexão de Walter Benjamin, está na verdade a olhar para trás. Já vivemos este “palavreado” noutra tempo, o colonial. Voltaram as palavras interditas? A expressão é título de um belíssimo poema de Eugénio de Andrade, poeta português. Nele se opera a transfiguração e as palavras fluem, a realidade sublima-se, não em freudiano sentido, mas na inteira polissemia de que o poema, a literatura, são capazes. Esse é o nosso fio de Ariadne.

Precisamos de saber nomear o nosso labirinto.

Moçambique, Mafalala. Laranjeira falou igualmente da experiência da IVERCA em relação aos movimentos museológicos, impulsionados por demandas populares pelo reconhecimento de suas trajectórias, de sua cultura, de seu território, em busca de uma transformação política, social, cultural e económica das comunidades envolvidas.

O V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários tem como lema: “Iniciativas museológicas comunitárias: construindo caminhos para o bem viver”, e visa promover a difusão e o intercâmbio de saberes, experiências e estudos sobre trabalhos desenvolvidos por diferentes unidades em prol das comunidades cuja história tem uma dimensão ampla em diferentes sectores das sociedades.

Como público do evento, o V Encontro Inter-

nacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, contou com a participação de estudantes, pesquisadores, professores e profissionais de diversas áreas, bem como actores populares e gestores de iniciativas museológicas comunitárias, além das próprias comunidades envolvidas.

A participação de Moçambique neste evento, segundo Ivan Laranjeira, vai enriquecer muito os objectivos do V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, através de uma exposição sobre o projecto do Museu Comunitário Mafalala, entre outras actividades desenvolvidas pela Associação IVERCA em Maputo, contextualizada no panorama da museologia social nos países lusófonos da África, além de uma abordagem sobre o caso de Soweto Joanesburgo, na África do Sul. A.S

# VCL

# TRAILER

Rua dos Irmãos Roby, 32 - Maputo

Cel: +258 82 8119940

Cel: +258 84 8119940

E-mail: vcltrailer@gmail.com

Fabricante de trailers. Venda de bombas Diesel.

Venda de acessórios de trailers. Aluguer de trailers



# SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA Nº 1137 • 23 DE OUTUBRO DE 2015



## DIREITO À INFORMAÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou o Regulamento da Lei do Direito à Informação. Onde está esse Regulamento? Quem o elaborou?





# CONFIANÇA

Se acreditarmos em informações vindas de vários quadrantes, o Presidente da Renamo confia nas forças policiais para a sua segurança. Entretanto adquiriu uma nova viatura para deslocamentos pessoais.



# NEGÓCIO

Os nossos empreendedores não perdem oportunidades.



# INVESTIGAÇÕES

Entretanto, a PIC continua a investigar, sem descanso



os numerosos crimes.



Meu Deus, faz com que o preço do cobre e o valôr da nossa moeda subam!!! Amen!



# ECONOMIA RELIGIOSA

Depois de decretar um dia de orações pedindo a Deus a subida do preço do cobre no mercado internacional e a valorização da moeda nacional, o Kwacha, especula-se agora que o Presidente Edgar Lungu se prepara para nomear um bispo para Ministro das Finanças.

# CARÊNCIAS



A avaria na EDM tem vindo a causar problemas em vários sectores da nossa capital





## NO INFORMAL

Abdul Sulemane (Texto)

Ilec Vilanculo (Fotos)

### É de cerrar os dentes

É normal na capital do país encontrarmos carros mal estacionados. As pessoas têm enveredado por esta postura alegando que não há lugar adequado para estacionar. Recentemente registou-se, na avenida Julius Nyerere, um congestionamento e os automobilistas não percebiam qual era o motivo. Afinal de contas o congestionamento devia-se ao facto de a polícia municipal ter posto um dispositivo que imobiliza a viatura. Esse dispositivo, vulgo *chamussa*, desta vez, foi visto no carro do antigo Ministro da Planificação, Aiuba Cuareneia. Os automobilistas paravam no local para ver o antigo dirigente falando ao telefone com os homens da Câmara Municipal para retirar a *chamussa* do seu Ranger Rover. Afinal, Aiuba Cuareneia já é cidadão normal. Resta saber se pagou a devida multa pelo mau estacionamento. Deve ser por isso que Gustavo Mavie, antigo Director da Agência de Informação de Moçambique (AIM), parece estar a dizer que é uma das desvantagens quando já não se ocupa um cargo público neste país. Esta coisa do estacionamento na cidade capital é um autêntico bico de obra. Mas, no lugar de usar a sua inteligência para criar melhores condições de estacionamento, a edilidade opta pela extorsão, largando os seus cães de caça contra viaturas mal estacionadas pela cidade, criando embaraços a automobilistas sem alternativas. O pior é à hora do almoço pois, quando esfomeados, estes cães municipais aproveitam-se dos incautos para conseguir algum dinheiro para matar a fome. Enquanto isso, Alex Muianga, da juventude da Frelimo e membro da Assembleia Municipal de Maputo, escuta e observa o desabafo.

Esta situação que Aiuba Cuareneia enfrentou foi motivo de comentários numa das redes sociais. Quem não teve oportunidade de ver *in loco* o sucedido, só pode acompanhá-lo pelas redes sociais. Este foi o caso de Arão Nhancale, antigo edil do Município da Matola que pede encarecidamente ao Castigo Langa, antigo Ministro da Energia, para lhe enviar o sucedido. Essa coisa de redes sociais dá nisso. Todos querem partilhar.

O mesmo insólito deixou muitos dirigentes preocupados, de tal sorte que depois de saírem de seus compromissos correram para ver se nas suas viaturas não terão sido colocadas as *chamussas*. Pelo que vimos nesta terceira imagem, mesmo com o sol escaldante que se fazia sentir, Carmelita Namashulua, Ministra da Administração Estatal e Função Pública, e Carlos Mesquita, dos Transportes e Comunicações, foram obrigados a caminhar até aos seus carros protocolares, em vez de esperarem pela chegada dos motoristas. Tanta é a preocupação com as *chamussas*. O cenário estava sério mesmo. Ninguém queria passar pela mesma situação. Por isso o Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, Jorge Ferrão, também foi largando passo com vista a chegar o mais rápido possível à sua viatura. Nisso, Jorge Khalau, Comandante Geral da Polícia, parece estar a dizer, “não te preocupes com isso. Estás comigo. Não vai acontecer nada. Eu mando tirar a *chamussa* num instante se for o caso”.

Quem não tinha motivo para se preocupar com cenários de viatura mal estacionada parava para um dedo de conversa. Mesmo de baixo de altas temperaturas que se fazem sentir na capital do país, Patrício José, vice-Ministro da Defesa, comentou a questão do mau estacionamento com a vice-Ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Rebelo. Para a figura do meio, resta saber se os dentes cerrados se devem às altas temperaturas ou porque tem a viatura mal estacionada. Temos de mudar de postura.







## IMAGEM DA SEMANA

Foto Naíta Ussene



Parabéns Calane da Silva

## MISA-Moçambique divulga Barómetro Africano de Media

Por José Jeque

O capítulo de Moçambique do Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA) divulgou sexta-feira passada 16, na cidade de Maputo, o Barómetro Africano de Media, um sistema de descrição e medição dos ambientes nacionais da media no continente africano.

O relatório resulta da compilação das discussões de um painel constituído por personalidades dos diversos sectores significativos da sociedade, com interesse particular na comunicação social, para avaliar a situação do País com base em 39 indicadores que caracterizam as liberdades de expressão, de imprensa, o direito à informação, a radiodifusão pública e o profissionalismo no sector da comunicação social. Apesar dos problemas apontados no relatório não serem novos, o país avançou muito pouco no que diz respeito à solução dos mesmos, tendo apenas evoluído na elaboração de instrumentos que regulam a comunicação social, mas que na prática não estão a ser devidamente aplicados.

Segundo o relatório, em termos de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa, o país regista melhorias, sobretudo através das redes sociais, no entanto, continua o sentimento de medo no seio dos jornalistas. Melhorou ainda no que diz respeito ao processo de consulta entre instituições e

o Estado, sobre a legislação atinente à comunicação social. Mas regrediu em termos de activismo pró-liberdade, sobretudo pela fraqueza das instituições sócio-profissionais na área da comunicação social.

No que diz respeito à diversidade das fontes de informação, o acesso a publicações da imprensa escrita e electrónica é muito fraco, com uma ligeira melhoria para a internet, devido à expansão da fibra óptica. Contudo, o país evoluiu em termos de acesso a fontes internas e externas de informação. Mas continua com problemas de interferência política nos conteúdos editoriais dos órgãos públicos de comunicação social. Ainda no âmbito da diversidade de fontes de informação, o relatório refere que o país regista constrangimentos em relação à regulamentação da inserção de anúncios públicos.

A ausência de uma plataforma reguladora no que diz respeito à colocação de anúncios publicitários do Estado afecta sobretudo o sector privado, dado que a maior parte da publicidade privilegia os órgãos de comunicação social do sector público/estatal.

No tocante à regulação da radiodifusão, a transparência de independência, a emissão de licenças, prestação de contas ao público através de um órgão independente, foram alvos de uma pontuação negativa, com a excepção da política de diversificação dos pro-

gramas com conteúdos locais de qualidade que sejam do interesse público, produzidos pela Rádio Moçambique. Já no que diz respeito aos padrões de profissionalismo, a avaliação do barómetro foi modesta, com tendência a negativa. A ética, a corrupção no seio da classe jornalística, a sindicalização e formação, são tidos os grandes males que enfermam a actividade dos profissionais da comunicação social. A esse respeito, os participantes na cerimónia de lançamento do relatório apelaram à moralização da sociedade, visto que na sua opinião, esse comportamento é resultante da perda de valores morais na sociedade.

De referir que avaliação é feita por um painel composto por pelo menos cinco profissionais da comunicação social e cinco representantes da sociedade civil. As suas discussões giram em torno de 39 indicadores extraídos a partir de instrumentos internacionais que lidam com a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, direitos humanos e outras liberdades civis e individuais.

Estes instrumentos incluem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta Africana de Radiodifusão e a Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África, esta aprovada em 2002 pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

## À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Em função dos últimos acontecimentos político-militares, que há quem chame de “terrorismo de Estado”, face ao ensurdecido silêncio que envolve o nosso jovem timoneiro, há quem considere mesmo que, em solidariedade com o “pai da democracia”, simbolicamente também se isolou “em parte incerta” e por isso não fala.
- O banco que nas crises parece ser sempre o último a acordar, lá veio finalmente mexer nalgumas taxas reguladoras. Só que, sobretudo os pequenos bancos, estão de unhas afinadas pois, o novo percentual a deixar no banco central corta-lhes margens de manobra para fazerem mais créditos em meticais. Se era esse o objectivo, conseguiram!
- Quem anda muito activo parece ser o banco que é 100% do Estado e que muitos pensam fadado para fazer alguns fretes tipo Austral. É para lá neste momento onde se dirigem os credores da Ematum.
- O mesmo banco de Estado, encorajado pelos pronunciamentos oficiais e pelas dúvidas que subsistem sobre a melhor maneira de importar petróleo bem mais barato, sob a batuta do ex-ministro que ficou conhecido como o empreendedor dos silos, lá anda de banco em banco a tentar convencê-los para uma nova cruzada pelo petróleo nacional. Ou pelas comissões que daria uma tal cruzada ...
- O tal ministro-consultor não deve ter gostado mesmo nada que um dos ex-ministros que carrega no seu CV o famoso cartão de abastecimento, ter dito alto e bom som, numa dessas conferências que há pela capital quase todos os dias, que os silos, uma das bandeiras do governo-ematum, são agora um elefante branco. Um dia destes há um seminário para elencar os bons projectos do anterior executivo ...
- Sem elefantes, mas com aquelas angélicas freiras dos saris brancos e listados a azul deve ter andado a mama das excelências no parlamento. Com tanta reconciliação beta pregada no seu discurso, só pode ter estado recolhida num convento em busca de inspiração. Só que reconciliação, como deve ter aprendido na cadeira de Ciência Política no seu curso de Direito, não se pode fazer de mãos vazias e sem contrapartidas.
- Por isso mesmo, a jovem tribuna da oposição cantou alto e bom som das atrocidades cometidas contra a pessoa de seu tio, também nem mais nem menos que o líder da oposição. O que na democracia moçambicana tem direito a sofrer atentados da parte das Forças de Defesa e Segurança do próprio Estado.
- Também o Calane da Silva, um tribuno de outras lides, por ocasião das suas 70 primaveras, veio propor um desafio completamente inusitado. A vida para além da vida na sua mais recente obra sobre o espírito e a capacidade de encarnação. O Carlos Cardoso deve estar a receber as vibrações e os carmas...

### Em voz baixa

- E para quem esperava ver algum ramo de oliveira a sobressair dos discursos da abertura parlamentar, bem frustrado ficou. Só se viram punhos crispados.

Vive agora a falar à vontade onde estiveres

Vodacom  
Tudobom pra ti



Roaming

só  
150MT

10 Min  
fazer chamadas  
10 Min  
receber chamadas  
10 SMS  
10 MB

Oferta  
Diária de  
Roaming





## 15 anos olhando para o futuro



O Instituto Superior de Transportes e Comunicações (IsuTC) celebrou nesta segunda-feira, em Maputo, os seus 15 anos de existência, numa cerimónia que contou com a presença do Presidente da República, Filipe Nyusi.

Vocacionado para a formação de quadros superiores nas áreas de transportes e comunicações, o IsuTC é uma instituição privada pertencente à sociedade Transcon e, desde a sua fundação, já colocou no mercado cerca de 600 graduados. A Transcon é detida pela

Telecomunicações de Moçambique Visabeira e Fernave, com 19.1%, cada, Indeg.iul (13.1%), mcel (12.2%), Entrepasto (7.8%), LAM (7.0%) e Aeroportos de Moçambique (2.6%).

Na ocasião, o Presidente da República, Filipe Nyusi, indicou a formação do capital humano como uma das principais prioridades de Moçambique. Na óptica de Nyusi, as instituições superiores devem adoptar um sistema de formação inclusivo e que responda às necessidades do país. “O nosso Governo colocou a formação do capital humano como uma

das prioridades do nosso Plano Quinquenal, dando uma forte indicação de que este é o principal activo nacional”, precisou Nyusi. No entender de Nyusi, o país precisa desenvolver um modelo de ensino que se enquadre às exigências do sector empresarial, criando um mercado mais dinâmico e mais competitivo. “No processo da preparação técnica e científica, continuem a valorizar uma profunda e integral formação dos vossos graduados, para que se preocupem com o que podem fazer pelo país”, afirmou o Presidente.

Filipe Nyusi desafiou igualmente os estudantes do nível superior a abraçarem o empreendedorismo e descentralização das suas actividades, apostando em novos horizontes de oportunidades que se vislumbram pelo país adentro.

O reitor do IsuTC, Fernando Leite, lembrou na ocasião que o crescimento da instituição só foi possível graças ao apoio do Governo. Recordou igualmente que desde a sua fundação a 31 de Agosto de 2000, a instituição já formou mais 600 quadros, que agora integram o mercado em-

prego.

Fernando Leite considerou ainda que a exiguidade das instalações iniciais e de meios foi uma dificuldade que ao fim dos primeiros cinco anos de actividades, mas foi solucionada com o suporte dos acionistas, melhorando cada vez mais as condições de ensino e trabalho.

Destacou igualmente que os quadros colocados no mercado assumem os valores da instituição e se esforçam para desempenharem o seu papel na busca das soluções que o país precisa para continuar na linha de crescimento económico e infraestrutural.



**LINHA VERDE - GRÁTIS**  
PARA APRESENTAÇÃO DE DENÚNCIAS



**800 145 145**

com energia construímos futuro



## Homenagem merecida a Calane da Silva

O Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM) acolheu esta terça-feira, na cidade de Maputo, a Homenagem do 70º Aniversário do escritor moçambicano Calane da Silva, uma iniciativa do CCBM, Alcance Editores e Associação do Centro de Fotojornalismo de Moçambique.

A homenagem a Calane coincidiu com o lançamento da sua obra intitulada "Antropologia Espiritual: Há mais vida para além desta da vida". O livro está dividido em quatro partes e aborda várias questões relacionadas com o que o autor apelidou de Antropologia Espiritual. Na sua obra, Calane da Silva defende que o homem é ser dual, formado por corpo e espírito, aliás, isso não constitui novidade para ninguém. Este é motivo pelo qual ele escreveu a obra. Diz ainda que os antropólogos, etnólogos e outros estudam o homem na sua faceta cultural, genética, sócio-cultural e etno-cultural, mas se esquecem do

lado espiritual. No entanto, esta pesquisa vem preencher um vazio da antropologia, que, como defende, a questão espiritual já é estudada pela ciência formal.

Fernando Cunha, apresentador da obra, referiu: "com este livro estamos perante uma antologia de textos de natureza espiritual, através dos quais Calane nos tenta demonstrar que somos seres espirituais, que habitamos numa casa biológica plena de energia cuja vida não acaba com a morte do nosso corpo". Esta conceptualização da vida, feita pelo autor, leva-nos à seguinte pergunta? Somos pessoas com espírito ou espíritos encarnados em pessoas?

No entanto, Cunha defende que com a sua abordagem espiritualista, Calane abre a porta para o conhecimento conscientizado e alerta-nos para o estado letárgico em que a maioria de nós vive e para a necessidade urgente de despertar o porquê da evolução da vida, pois o planeta terra assim o exige.



"Antropologia Espiritual: Há mais vida para além desta da vida" já nas livrarias

## Água da Namaacha Ensina e Forma sobre o valor da Água

A Água da Namaacha, através das ações de responsabilidade social que vem levando a cabo há cerca de quatro anos, tem ensinado e formado centenas de crianças e jovens moçambicanos sobre a importância do uso correcto e do bom aproveitamento da água.

Através da sua presença em várias escolas, pediatrias de hospitais e outros locais, ofe-

recendo livros de banda desenhada e filmes sobre O Valor da Água, a Água da Namaacha, considerada a mais prestigiada marca de água mineral nacional, tem preparado as comunidades para enfrentar situações de escassez do precioso líquido, como a que enfrentamos recentemente nas cidades e arredores de Maputo e Matola.

Estes ensinamentos e estas ações de formação são considerados de grande valia por várias pessoas

envolvidas, auscultadas pela Água de Namaacha.

Para além destas ações de formação e disponibilização de material didático, a Água da Namaacha também está a passar um filme sobre o Valor da Água em vários canais nacionais, em episódios infantis, mas que também são importantes para serem assistidos pelos adultos. (E.B)



Centro Cultural Universitário dia 31 19h30

Comunidade São Kiziço, dia 01 16h00  
Bairro Maxaquene "D"

Entrada Livre

**Agenda cultural!**

<b>Cine-Gilberto Mendes</b> Sexta, Sábado e Domingo/18h30 "Vendo o meu marido" <b>Maputo Waterfront</b> Sábado, 24 de Outubro/20h <b>ZÊ BARATA</b> <b>Coconuts Live</b> Sexta, 23de Outubro/23h <b>Stewart Sukuma &amp; Banda Nkuvu</b> <b>Mao Mao Maria</b> Todos domingos/17h <b>Jazz com Quarteto OXI</b>	<b>Quinta Jazz-Matola</b> Sexta, 23de Outubro/20h <b>Johnny Hendrix</b> Domingo, 25 de Outubro/13h <b>Fernando Luís</b> Domingo, 25 de outubro/18h <b>Timóteo Coche</b> <b>Bar Gil Vicente</b> Sábado, 24 de Outubro/22h30 <b>Mankey Evolution</b> <b>Bar Xima</b> Sexta, 22h - <b>Paulo China</b> Sábado, 22h - <b>Safira José</b>
---	---

**PATROCÍNIOS**

ROYAL NORWEGIAN EMBASSY  
HIDROELÉTRICA DE CAHORA BASSA

**APOIOS**

**PARCELOS DE COMUNICAÇÃO**

ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DE AVARIAS**

**1455**  
**82 1455 / 84 1455**

com energia construímos futuro